

EXTRA

CLASSE-ORG-BR

ANO 24 | Nº 236 | AGOSTO DE 2019

ENTREVISTA

Procurador Enrico Rodrigues de Freitas: "O combate à corrupção só acontece em regimes democráticos"

p.04

Foto: Igor Sperotto



EDUCAÇÃO

Para se adaptarem ao mercado, instituições tradicionais de educação superior oferecem cada vez mais vagas de ensino a distância ou em sistemas híbridos

p.08



Cresce o EaD na educação superior

Nesta edição:



ECONOMIA

Economistas consideram iniciativas do governo insuficientes para tirar o país da crise

p.12

Foto: Leonardo Savaris



MOVIMENTO

Obra da expansão do aeroporto Salgado Filho separa famílias da Vila Nazaré, em Porto Alegre

p.14

EDITORIAL

04 ENTREVISTA

O procurador Enrico Rodrigues de Freitas defende uso da lei e da razão contra o autoritarismo

08 EDUCAÇÃO

Um panorama do crescimento do EaD na educação superior privada no Rio Grande do Sul

12 ECONOMIA

País começa segundo semestre sem perspectivas de melhora na opinião de economistas

14 MOVIMENTO

Moradores da Vila Nazaré, em Porto Alegre, enfrentam incertezas com a expansão do aeroporto

18 ENSINO PRIVADO

Cadernos das convenções coletivas da educação básica e infantil começam a ser distribuídos

21 WEISSHEIMER

Assentamentos da reforma agrária altamente produtivos estão ameaçados pela mineração

23 ROLIM

O mito da autodefesa do cidadão que anda armado é desmontado por estudo realizado nos EUA

24 ARTE +

O centenário de nascimento do artista visual e grande escultor Xico Stockinger

Enquanto o governo briga com números, a crise piora

Ao mesmo tempo em que o presidente Jair Bolsonaro insiste nas redes sociais que a economia vai bem, imitando seu antecessor, Michel Temer, que aparentava viver em um universo paralelo, os números provam justamente o contrário. A Pnad mostrou que, no segundo trimestre, o desemprego até recuou de 12,7% para 12%. E que o número de empregados com carteira assinada subiu 0,9%. Se o governo comemora uma pífia redução do desemprego, a série, de fato, teve dois recordes negativos. A população subocupada chegou a 7,4 milhões, e o número de trabalhadores por conta própria foi a 24,1 milhões, inchando a informalidade. Além disso, não há variação significativa no número de desalentados: são 4,9 milhões os que desistiram de procurar emprego; os empregados sem carteira assinada subiram para 11,5 milhões (aumento de 3,4%), e o rendimento médio real habitual caiu 1,3%, passando de R\$ 2.321 no primeiro trimestre para R\$ 2.290 no segundo. É a quarta queda sucessiva nos rendimentos entre trimestres. Ou seja, ainda são 12,8 milhões de desempregados e empregados com perda significativa de renda.

E tudo isso num cenário de cortina de fumaça, em que todos os dias o próprio presidente ou algum ministro desfere algum impropério, declaração grotesca ou notícia falsa para desviar a atenção da falta de medidas práticas para enfrentar os problemas verdadeiros.

Menos renda, menos consumo. Com isso, a produção industrial brasileira voltou a cair, e o setor acumula queda de 1,6% no primeiro semestre, conforme Pesquisa Industrial Mensal

divulgada pelo IBGE em 1º de agosto. De acordo com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), com os dados de junho, a falta de demanda está entre os principais problemas enfrentados pelo setor. O índice de utilização da capacidade instalada efetiva em relação ao usual caiu 3,9 pontos no mês. O indicador Intenção de Consumo das Famílias (ICF), apurado pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), passou de 91,3 pontos em junho para 89,8 pontos em julho. É a quinta queda consecutiva.

A pesquisa da CNC que mede o Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec) atingiu, em julho, seu menor patamar desde novembro de 2018, em 114,6 pontos. Foi o quarto mês consecutivo de queda, com redução de 1,1% em relação a junho.

O Indicador de Confiança do Consumidor, medido pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil), caiu de 49,0 pontos em janeiro para 44,9 pontos em julho. O levantamento aponta que, a cada dez brasileiros, sete (66%) avaliam negativamente as condições atuais da economia.

Os dados não provêm de nenhum site marxista nem institutos de viés ideológico, mas do próprio governo e de setores que apoiaram sua candidatura, como a Fiesp e levantamentos de setores do comércio, serviços e indústria. Economistas das mais variadas vertentes não enxergam luz no fim deste túnel.

Boa leitura!

EXTRA
CLASSE-ORG-RR

REDAÇÃO: extraclasse@sinprors.org.br

Editora-chefe: Valéria Ochôa

Editores Executivos: César Fraga e Valéria Ochôa

Redação: César Fraga, Edimar Blazina, Gilson Camargo e Valéria Ochôa

Colaboradores: Flavia Bemfica, José Weis, Naira Hofmeister, Matheus Chaparini e Wagner Coriolano Abreu

Colunistas: Luis Fernando Verissimo, José Fraga, Marco Aurélio Weissheimer e Marcos Rolim

Diagramação e Arte: Fabio Edy Alves/Bold Comunicação

Projeto Gráfico: Bold Comunicação e D3 Comunicação

Fotografia: Igor Sperotto

Ilustração: Rafael Sica e Ricardo Machado

Charge/Cartum: Edgar Vasques, Rafael Corrêa e Santiago

Revisão: Press Revisão

Comercialização: Denise Benites 51. 4009.2981 e 51. 99774.1615
denise.benites@sinprors.org.br

Impressão: Zero Hora

Tiragem desta edição: 25 mil exemplares

Telefones da Redação: 51. 4009.2980/2982/2983/2985

** O conteúdo dos artigos de opinião e matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade de seus autores.*

Publicação mensal do Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul – Sinpro/RS, filiado à CUT e Contee

Av. João Pessoa, 919 | CEP 90.040-000 | Porto Alegre | RS | Fone 51. 4009.2900

extraclasse.org.br [fb.com/jornalextraclasse](https://www.facebook.com/jornalextraclasse)

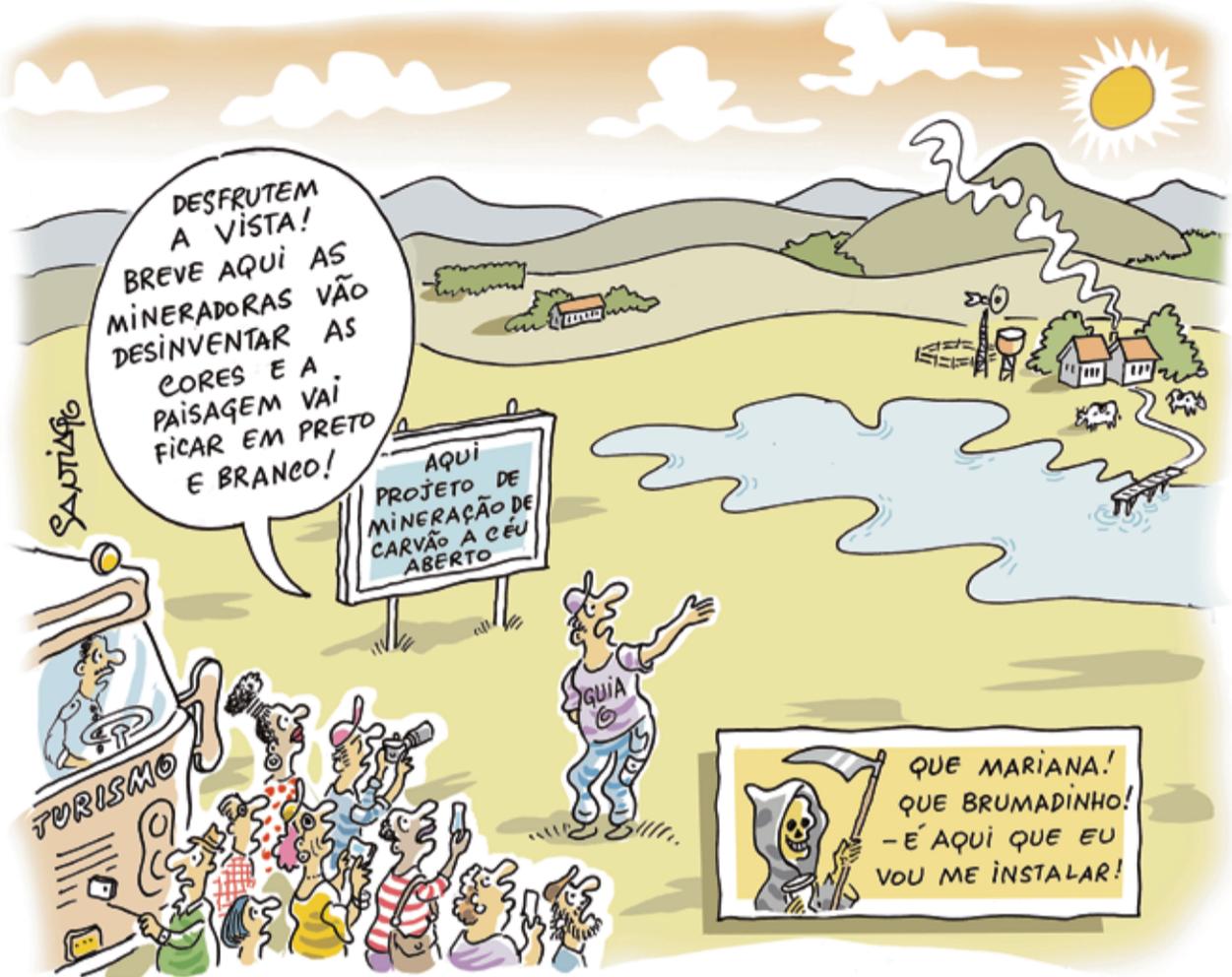
Fundo do poço

SANTIAGO

A MP 881, da Liberdade Econômica, prevê a extinção do Fundo Soberano do Brasil (FSB), criado em 2008 como uma espécie de poupança para tempos de crise. Os recursos hoje depositados no FSB serão direcionados ao Tesouro Nacional. O então presidente Michel Temer já havia tentado extinguir o FSB por meio da MP 830/2018, mas o dispositivo foi rejeitado no Parlamento. Em maio de 2018, o patrimônio do fundo somava R\$ 27 bilhões.

O alvo é a CLT

A MP 881 também altera diversos pontos da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei 5.452, de 1943) que escaparam à reforma de Temer. Prevê que a legislação trabalhista só será aplicada em benefício de empregados que recebam até 30 salários mínimos, adota a carteira de trabalho digital e autoriza o trabalho aos domingos e feriados, sem necessidade de permissão prévia do poder público. Também determina a extinção das Cipas.



O país caminha para o aprofundamento da crise econômica

por Flavia Bemfica

A Caixa Econômica Federal anunciou, no último dia de julho, uma redução de até 40% nas taxas de juros cobradas em suas operações, além da oferta de cestas de serviços mais vantajosas para pessoas físicas e jurídicas. No mesmo dia, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central decidiu baixar a taxa básica de juros (Selic) em 0,5 ponto percentual: de 6,5% para 6% ao ano. O Banco do Brasil e o Itaú também anunciaram quedas nas taxas, mas, inicialmente, bem menos significativas que as da CEF. O corte na Selic, e nas taxas ao consumidor, era aguardado, como forma de desafogar um pouco despesas com dívidas acumuladas e tentar incentivar o consumo, mas os analistas econômicos consideram que os cortes, sozinhos, não conseguem estimular uma retomada.

A produção industrial brasileira voltou a cair em junho (-0,6%). No primeiro semestre, o setor acumula queda de 1,6%. Os dados são da Pesquisa Industrial Mensal, divulgados pelo IBGE em 1º de agosto.

Na Sondagem Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI) com os dados de junho, a falta de demanda está entre os principais problemas enfrentados pelo setor. O índice de utilização da capacidade instalada efetiva em relação ao usual caiu 3,9 pontos no mês. E o índice de evolução dos estoques ficou em 51,1 pontos. Desde fevereiro, o índice se mantém acima dos 50 pontos.

O indicador Intenção de Consumo das Famílias (ICF), apurado pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), passou de 91,3 pontos em junho para 89,8 pontos em julho. É a quinta queda consecutiva.

A pesquisa da CNC que mede o Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec) atingiu, em julho, seu menor patamar desde novembro de 2018, em 114,6 pontos. Foi o quarto mês consecutivo de queda, com redução de 1,1% em relação a junho.

Foto: Marcelo Camargo/ABR



Queda na intenção de consumo das famílias caiu cinco meses consecutivos conforme Confederação Nacional do Comércio, Bens, Serviços e Turismo (CNC)

O Indicador de Confiança do Consumidor, medido pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) caiu de 49,0 pontos em janeiro para 44,9 pontos em julho. O levantamento aponta que, a cada dez brasileiros, sete (66%), avaliam negativamente as condições atuais da economia.

(Mais informações sobre o tema nas páginas 12 e 13).

O combate à corrupção só ocorre em regimes democráticos



Fotos: Igor Sperotto

por Naira Hofmeister

O Procurador Regional dos Direitos do Cidadão, Enrico Rodrigues de Freitas, usa a lei e a razão para bloquear medidas autoritárias do governo de Jair Bolsonaro. Se amparou nos artigos da Carta Magna brasileira para impedir que militares celebrassem o golpe de 1964, tenta restituir à grade de televisão um comercial em vídeo do Banco do Brasil, censurado por “atingir a família brasileira”, e assegurar que as universidades públicas mantenham sua liberdade acadêmica e senso crítico em meio a cortes e ameaças de intervenção. Freitas se abstém de avaliar a atuação de seus colegas da operação Lava Jato, sob escrutínio público desde que o *The Intercept Brasil* começou a divulgar mensagens comprometedoras de seus integrantes. Mas tendo participado de uma força-tarefa semelhante, a Operação Rodin, no Rio Grande do Sul, em 2007, salienta a importância de seguir as normas legais e evitar a hipereposição. E alerta para o erro de usar o combate à corrupção como justificativa para o vale-tudo: “Na história do nosso país, muitas vezes a corrupção é utilizada como argumento para ruptura do processo democrático”

Extra Classe – A sua atuação tem sido centrada em assuntos relativos à liberdade: de expressão, criação, democracia. Tem trabalhado muito?

Henrico Rodrigues de Freitas – Confesso que eu tenho trabalhado bastante, muito mesmo, porque o momento e as questões são urgentes. O cargo de Procurador Regional dos Direitos do Cidadão responde, no Direito brasileiro, ao *ombudsman*, uma figura presente em várias democracias e que, aqui na América Latina, chegou no final de ditaduras. A nossa estrutura de defesa da cidadania envolve a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), a Deborah Duprat, que fica em Brasília, e um procurador regional em cada estado. No Brasil, é papel do Ministério Público Federal a defesa do estado democrático de direito, está lá na Constituição, nos foi atribuída essa função. Então, toda vez que ocorre uma falha do sistema, seja de quem seja, a gente vai ter que atuar.

EC – O Brasil atual demanda uma defesa veemente do estado democrático de direito?

Freitas – Hoje, há uma necessidade maior de afirmação da defesa da ordem democrática, tanto que a procuradora federal tem emitido muitas notas técnicas e recomendações porque (*há medidas que*) ferem princípios constitucionais. Em março, expedimos em todo o país, para todas as unidades militares, uma recomendação para que não celebrassem o golpe de 1964. Houve uma comoção (*popular*), naquele momento, e as autoridades militares, pelo menos até onde eu tenho notícia, se mantiveram naquela obediência hierárquica de ler a ordem do dia, mas não criaram nenhum ato de celebração.

EC – Foi preciso uma recomendação para evitar uma homenagem à ditadura orientada pela Presidência da República, o órgão máximo da nossa democracia.

Freitas – Esse é o nosso diálogo sobre o absurdo, porque, para mim, dialogar sobre tortura ou sobre rompimento da democracia em uma democracia é um absurdo. De tudo o que analisamos, não pareceu que houvesse uma inten-

ção das autoridades militares em celebrar esse golpe, foi uma medida que veio da Presidência da República, através do ministro da Defesa. O Estado deveria ter feito uma justiça profunda de transição, punindo aqueles que cometeram crimes contra a humanidade, e, quando a gente percebe, estamos tendo uma ordem estatal (*para celebrar a ditadura*). Uma coisa é em particular, outra é um agente estatal querer celebrar tortura, eliminação política, ruptura da ordem democrática, isso é inconcebível, viola todos os pactos que o Brasil tem sobre direitos humanos.

EC – O presidente Jair Bolsonaro disse recentemente que sabia como o pai do presidente da OAB havia sido morto, ele que foi um entre centenas de desaparecidos da ditadura brasileira.

Freitas – A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão expediu uma nota colocando que é um absurdo que um chefe do Poder Executivo detenha informações sobre mortos e desaparecidos e não revele isso. É inconcebível até por conta da nossa Constituição e dos tratados (*que o Brasil assina*). Nesse caso, não há o que recomendar, não tem como recomendar ao presidente algo em relação a isso, mas se pode expedir um posicionamento, dizer que isso viola os nossos princípios. Eventualmente, pode-se tomar alguma medida, até mais reparatória por parte do presidente, teria que se analisar com calma. As ferramentas legais que estão à nossa disposição são as notas técnicas, manifestações e recomendações, e, quando nada disso surte o efeito, é possível ajuizar (*a questão*) e, eventualmente, até (*propor*) uma ação de improbidade em defesa de direitos humanos.

EC – É possível chegar a esse ponto?

Freitas – É muito raro, mas também é possível. Já há reconhecimento. Em realidade, quando a gente trata de direitos humanos, trata de construção, não de punição, mas, eventualmente, a gente chega a usar esse instrumento, que é um dos instrumentos legais que nos foi dado. Seja através de uma ação civil pública, seja de improbidade, ou

até uma ação penal, que, em casos específicos, pode ser movida.

EC – Qual é o limite da liberdade de expressão do presidente?

Freitas – Tem algumas questões que estão dentro da liberdade de expressão de qualquer um. A gente pode ter divergências, isso é salutar, é da democracia, a liberdade de expressão é da democracia. A nossa Constituição fez uma escolha muito clara: não haverá censura nem controle prévio de manifestações, mas ela coloca pelo menos duas condicionantes para isso. Uma, é o controle posterior através das mais diversas ações, seja criminal, seja indenização; e a outra é a vedação do anonimato. Agora, qual é o limite? Eu posso ofender a honra de alguém ao tratar de uma questão que não é de interesse público, que é da vida privada. Eu não tenho direito de expor a vida do meu vizinho. Agora, alguns aspectos da vida privada de um ministro, presidente e até de um artista...

EC – Conversas entre o procurador federal Deltan Dallagnol e sua esposa tentando constituir uma empresa que burlava a lei da magistratura, por exemplo?

Freitas – São questões que têm interesse público, por isso o colega lá em Brasília arquivou a representação de alguns deputados que queriam criminalizar a atuação do *The Intercept Brasil*. Não estou analisando a questão de uma eventual atuação de um hacker, mas a da imprensa, a imprensa pode divulgar, isso tem interesse público. E já tem um inquérito para apurar a outra parte. Então, esses equilíbrios vêm sendo feitos, mas qual é o limite (*da liberdade de expressão*), para mim? Tem um limite muito claro, e isso a Convenção Americana de Direitos Humanos, no artigo 13, diz: os países signatários podem restringir a divulgação de ideias ou opiniões quando elas violem os direitos humanos, então a liberdade não pode ser tão ampla. Mas aí também tem que ter um certo equilíbrio, porque isso pode ser usado de forma distorcida.

EC – O atual governo passa do limite?

Freitas – Se alguém passa a

Discursos profascistas de tortura, eliminação, ou celebração de ditaduras são fruto da história do nosso Estado e da ausência de uma ruptura com o passado ditatorial

querer celebrar um ato de barbárie, como foi a implantação de um regime ditatorial e autoritário que torturou e matou centenas de pessoas, isso passou do limite. Uma autoridade pública não pode celebrar isso. É claro que a gente tem que usar esse mecanismo com bastante equilíbrio. Quando o presidente da República falou sobre o pai do presidente da OAB, ele passou do limite, ele não tem o direito de fazer isso. Ou melhor, se ele tem essas informações, ele tem o compromisso de torná-las públicas, porque o Brasil tem comprometimento com o resgate histórico e de justiça de transição, de punição com aqueles que cometeram crimes durante a ditadura, então esse é um limite que, para mim, foi ultrapassado. Quando o presidente diz que um comercial do Banco do Brasil não é a 'minha linha', que 'viola a família brasileira' porque ele tem... até hoje, efetivamente, é difícil compreender, porque é tão absurda essa decisão... porque ele tem negros ou uma pessoa que aparentemente é transexual... Quer dizer, é tão absurdo isso! Viola não somente a liberdade de expressão, mas é também um ato de racismo e preconceito, e viola até a lei das estatais, porque ele interfere em uma estatal. É um ato de censura incompatível com o nosso sistema, passou do limite, tem que tomar uma medida. Agora não se pode a cada argumento ou a cada fala que me desagrade tomar uma medida, esse não é o limite. O limite é a proteção dos direitos humanos.

EC – A procuradora Deborah Duprat e o MPF têm sido atacados por sua atuação crítica a essas atitudes.

Freitas – Todos são passíveis de errar ou de fazer uma análise ruim, e o Judiciário está aí para

corrigir. O MPF entra com uma ação e o Judiciário diz que não, ou diz que sim, e esse é o parâmetro para aferir essa atuação, se ela está sendo adequada aos limites propostos pela Constituição e pelos tratados assinados pelo Brasil. Para mim, o essencial para não correremos o risco de fazermos o papel de censor é esse paradigma que está lá na Convenção Americana de Direitos Humanos, bem claramente. Ninguém pode sair a ofender comunidades, pessoas ou etnias porque pensa de uma forma preconceituosa. Esse é um parâmetro. É o óbvio, e é tão difícil fundamentar o óbvio, mas, às vezes, se faz necessário, não se pode celebrar um regime que torturou.

EC – Apesar de ser o óbvio, muita gente aderiu a esse discurso. O que aconteceu no Brasil para isso ganhar dimensão?

Freitas – Essa é uma análise bastante complexa que todo mundo está se perguntando. Acho que inclui até a questão do discurso de combate à corrupção. O combate à corrupção é também um consenso, a corrupção é uma coisa que não pode ser tolerada, mas a gente tem que compreender que o combate à corrupção ocorre efetivamente dentro de regimes democráticos. Num regime autoritário, até pode-se dizer que não há corrupção, mas é porque não se consegue estabelecer mecanismos de controle. E é possível perceber que, muitas vezes, pelo menos na história do nosso país, a corrupção é utilizada como argumento para ruptura do processo democrático. Foi assim em 1964, quando teve a cassação do Juscelino Kubitschek; depois, em 1965, ele ia ser eleito presidente.

EC – A corrupção hoje está sendo usada como justificativa para endurecer a autoridade?

Freitas – Não cabe a mim fazer uma análise desse tipo, a discussão política não é papel de um procurador da República. Mas o papel de processar pessoas que cometeram atos de corrupção precisamos ter claro. Se a pessoa comete um crime, vai sofrer um processo, e isso deve acontecer sem hiperexposição ou desvios do devido processo legal.

Eu posso falar da minha atuação, não vou falar da atuação de colegas ou de outras pessoas. Eu participei da Operação Rodin, que foi algo bastante grande e sofisticado aqui no Rio Grande do Sul. E a gente obedeceu todo o rito processual, não houve hiperexposição. Cada caso é um caso, mas a corrupção não pode ser utilizada como fundamento para dizer que tudo é válido. Não, a gente continua tendo a Constituição e o estado democrático de direito. Precisamos sair de um discurso moralizador e entrar num discurso equilibrado de combate à corrupção. E a opção antidemocrática não é uma opção válida. Obviamente, a gente pode ter discussões eleitorais, familiares, sociais, sobre a corrupção, sobre a tolerância ou intolerância (de partidos ou políticos com a corrupção). Isso é do jogo democrático. Agora, quando se ultrapassa esse discurso que é a essência da democracia, das escolhas, e se adentra num outro caminho, da ditadura, como a gente viu, de (defender) intervenção militar, que tem que torturar ou eliminar, saímos do discurso possível e entramos num âmbito em que não há discussão. Não existe tolerância com isso.

EC – E como chegamos a esse ponto de defender o indefensável em nome do combate à corrupção?

Freitas – Esse é um dos grandes efeitos da ausência de uma justiça de transição no Brasil, que em outros países foi feita ao final das ditaduras. Essa aceitação de discursos protofascistas de tortura, eliminação, ou celebração de ditaduras é fruto da história do nosso estado e da ausência de uma ruptura com o passado ditatorial. É o que faz, que a sociedade aceite esse discurso de que bandido bom é bandido morto. É traficante? Tem que eliminar. Quando ouço isso, eu pego a Constituição e digo: onde é que está aqui a pena de morte? Se não existe pena de morte resultante de um processo judicial condenatório, que dirá por um método policial que é acusador, julgador e executor (ao mesmo tempo), que é policial, sem qualquer procedimento. O traficante tem que ser punido, mas dentro da lei. É importante que isso seja dito porque, quando a gen-

te fala em tortura, não é só tortura do opositor político, a gente sabe que existe diariamente tortura por agentes estatais. Aquele inimigo interno da doutrina de segurança nacional foi deslocado do opositor político para o bandido. Mas o Estado tem que ser ético, cumprir seus propósitos, suas regras porque, senão, ele se torna um bandido.

EC – A Comissão da Verdade foi muito contestada.

Freitas – No governo Dilma, mais do que nos governos anteriores, houve a busca de uma efetivação e uma justiça de transição, é claro que isso gera reação, mas é necessário. A gente ouve dizerem que 'faz tanto tempo' (desde o fim do regime militar), mas em julho o Uruguai aprovou algumas medidas fortes de justiça de transição. Eliminou justiças especializadas, militares, que, na prática, estavam eliminando qualquer sanção (aos torturadores). E isso faz o mesmo tempo que a nossa ditadura. Portugal, faz uns quatro anos - e a ditadura deles acabou em 1976 -, fez lá o Museu do Aljube, que é um museu de memória e verdade sobre a ditadura de Salazar. Então, essas construções, por mais que passe o tempo, elas são necessárias, e a gente vê hoje, com todo esse discurso protofascista, que se faz cada vez mais necessário refazer a afirmação de que existe um limite que não pode ser ultrapassado.

EC – Quais são as ameaças atuais para as universidades?

Freitas – Uma delas é esse Decreto 9725, que extingue cargos e funções da administração pública. Os efeitos do decreto valeriam a partir de 31 de julho, e na véspera (data da entrevista), conseguimos uma decisão de suspensão, cuja chance de se confirmar é grande, porque a liminar já entrou no mérito. Tem um impacto porque deixa claro que o presidente - e qualquer outra autoridade externa à universidade - não pode interferir na administração da universidade. Além desse, a gente pode destacar outro decreto em que o presidente retira dos reitores o poder de nomeação e exoneração dos seus pró-reitores. É uma coisa completamente esdrúxu-

la, porque isso faz parte do contexto de autonomia universitária há 800 anos. Por isso protocolamos uma ação (judicial), de caráter nacional. Tem uma outra (medida) muito invasiva, que concentra no sistema de comunicação da Presidência da República toda a comunicação pública das universidades. As universidades deixam de ter um site e toda a comunicação da universidade tem que passar por um órgão da Presidência para ser publicada. Até uma defesa de dissertação vai precisar passar por um órgão para ter sua data anunciada. Mas a finalidade é outra, é um controle do que as universidades podem comunicar com a sociedade. E tem ainda o corte de verbas, que a partir de setembro vai causar uma paralisação nas universidades, e a questão dos cortes de bolsas de mestrado e doutorado da Capes.

O Estado tem que ser ético, cumprir seus propósitos, suas regras porque, senão, ele se torna um bandido

EC – A Constituição garante a liberdade nas universidades?

Freitas – Toda essa questão do ensino, da educação, da autonomia universitária, está diretamente relacionada tanto com o artigo 5º (direito à liberdade, igualdade, etc), como com 3º (os objetivos da República, entre eles "construir uma sociedade livre, justa e solidária"). É a fundação do nosso estado democrático de direito. A liberdade se aplica expressamente às universidades, aos meios de comunicação. Houve uma eleição (em 2018), mas isso não deve ser considerado como uma ruptura da Constituição. A Constituição continua em vigor e todas as autoridades, seja o presidente, o juiz, um procurador da República, todos têm que estar submetidos a esse ordenamento. Este é o Estado Democrático de Direito em que estamos. Essas medidas atingem, e muito, a democracia, quando se afeta esse núcleo básico (constitucional), esse consenso internacional de liberdade de expressão está afetando pilares da democracia.

VAZAJATO

Portaria 666 invoca autoritarismo do AI-5

Publicada no Diário Oficial da União no dia 26 de julho, a Portaria 666 do Ministério da Justiça e Segurança Pública já está sendo encarada como uma medida autoritária e inconstitucional por juristas. O texto produzido pelo ministro Sergio Moro estabelece condições para deportação sumária de "pessoas perigosas".

Para o Mestre e Doutor em Direito do Estado Pedro Serrano, professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, a atitude de Moro, "tendo presente que são estruturas normativas muito diferentes", é comparada ao Ato Institucional número 5 (AI-5) por seu caráter autoritário. "Ambas são medidas do Executivo para estabelecer um poder político acima da Constituição. Ele (Moro) está se colocando acima da Constituição, dos poderes de Estado, inclusive acima do próprio presidente", ressalta.

Foto: Geraldo Magela/Agência Senado



CARMEN DE OLIVEIRA

Para além da identidade de gênero na escola

Algumas experiências de separação de gênero na escola têm suscitado debates sobre ganhos ou perdas para o desenvolvimento das novas gerações. Embora identificadas nesta modalidade, as propostas apresentam divergências quanto aos seus propósitos e métodos. E, claro, produzem distintos resultados, como veremos a seguir. As constatações se assemelham: os diferentes estilos de aprendizagem dos dois sexos requerem ações educativas que levem em conta suas necessidades específicas; e os professores apresentam dificuldades em lidar com essas diferenças. A conclusão parece ser a mesma: separados, as meninas e os meninos podem ter suas demandas e processos de aprendizagem melhor respeitados. Contudo, os contrastes são evidentes quando analisamos duas dessas modalidades de separação de gênero. Temos a Educação Diferenciada, inspirada no movimento *Single Sex Education* emergente na década de 1960 e com tendência de crescimento nas escolas públicas do Reino Unido, da Alemanha, do Canadá e dos EUA, bem como na rede escolar privada em capitais brasileiras, como Rio de Janeiro e Curitiba. No caso, incluem-se estabelecimentos de ensino unissex ou misto que mantêm separados meninas e meninos nas salas de aula e com docentes do mesmo sexo.

MARIA LÚCIA FATTORELLI

As relevantes receitas que o Estado renuncia

O debate sobre a Reforma Tributária tem ocupado o noticiário nos últimos dias, porém, pouco se fala da relevante receita da qual o Estado abre mão, por meio de subsídios tributários e creditícios. Em 9 de julho de 2019, a colunista participou de audiência pública da Comissão Especial destinada a analisar proposições que tratam da concessão de subsídios tributários, financeiros e creditícios. Naquela oportunidade, aspectos pouco conhecidos da sociedade em geral e até mesmo de parlamentares foram denunciados: do lado da arrecadação, o Estado abre mão de muitas receitas públicas (Subsídios Tributários) e, do lado da despesa pública, concede benesses (Subsídios Financeiros e Creditícios). Dentre os subsídios tributários, cabe destacar as desonerações fiscais – muitas delas injustificáveis – que liberam diversos setores de pagar o tributo que seria devido. O caso mais escandaloso é a isenção concedida a petroleiras estrangeiras, por meio da Lei 13.586/2017, a qual, segundo estimativas, somará R\$ 1 trilhão nos próximos 20 anos.

Maristela Basso, professora de Direito Internacional na USP, ressalta que, além de inconstitucional, a portaria de Moro "é ilegal, pois é casuística". Para Maristela, que diz que não é da competência do Ministério da Justiça legislar sobre esse tipo de matéria, pois entra em conflito com a lei federal, "as razões que a fundamentam não são juízos hipotéticos", registra.

A portaria assinada por Moro e que está recebendo críticas de uma quantidade expressiva de juristas se deu ao meio do escândalo #Vazajato.

Direitos, convênios e principais serviços do Sinpro/RS

Vai no App que têm!

Baixe o aplicativo do Sinpro/RS. É rápido, prático e cheio de vantagens.

Google Play

Download on the App Store

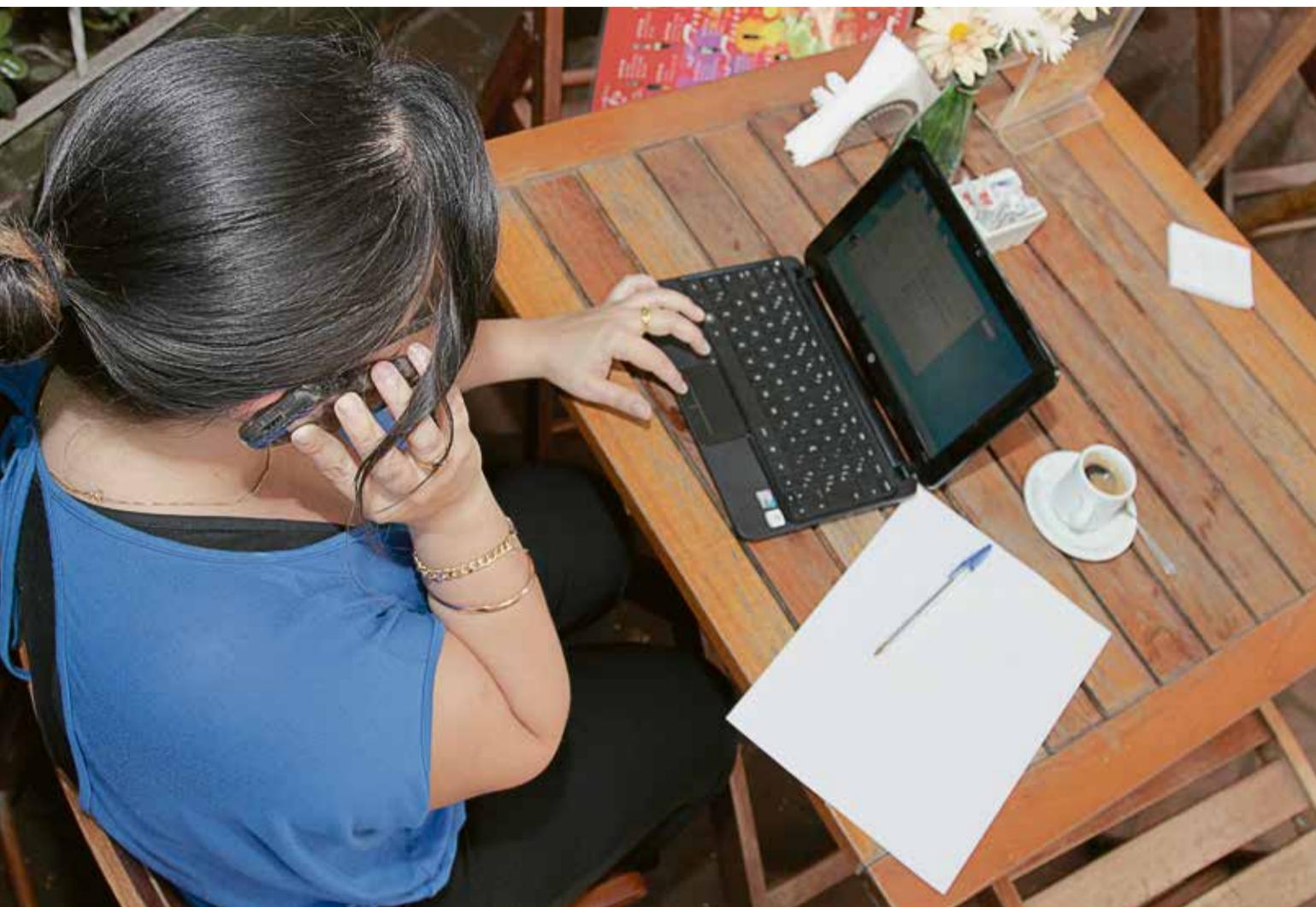


Foto: Igor Sperotto

O futuro próximo da Educação Superior, projetam representantes das comunitárias, é um modelo híbrido, no qual os alunos cumprirão parte dos créditos usando uma profusão de ferramentas tecnológicas, e distantes fisicamente dos *campi*. O desafio: manter o debate, a excelência na pesquisa e a produção de conhecimento que são a própria essência da academia.

A velocidade das mudanças é tal que, enquanto as instituições ainda estão colocando em prática as alterações nas graduações, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) abriu em julho deste ano inscrições para que instituições interessadas (e que cumpram determinados critérios) se habilitem a oferecer na modalidade a distância pós-graduações *stricto sensu* (por enquanto, somente mestrados). A transformação no perfil das comunitárias que está em curso é mais uma etapa do processo pelo qual passa a Educação Superior nas últimas duas décadas. Uma marcha que começou com a pretensão de cumprir as metas estabelecidas nos sucessivos Planos Nacionais de Educação (PNEs) e seus consequentes incentivos à flexibilização na legislação que regula a criação de Instituições de Ensino Superior e à expansão da Educação a Distância (EaD). As duas medidas turbinaram a proliferação das chamadas instituições mercantis. Elas abocanharam uma parcela de estudantes que antes ou não tinham condições de acesso a instituições tradicionais ou se mantinham com dificuldade nas mesmas. As práticas acabaram por atingir instituições tradicionais e de ponta, as quais viram uma parte de seus prováveis futuros estudantes migrarem para opções que incluem, em conjunto ou não, ingresso extremamente facilitado, mensalidades com custo na faixa dos R\$ 100,00, pulverização de instalações físicas, substituição de professores por tutores e de conteúdos próprios por pacotes desenvolvidos por empresas terceirizadas.

EaD cresce na educação superior privada

por Flavia Bemfica

Com as rápidas e sucessivas mudanças pelas quais passa a Educação Superior no país, instituições comunitárias gaúchas buscam alternativas para manterem-se competitivas e implementam programas que abrangem reformulações curriculares, trocas na metodologia das aulas, aposta em cursos a distância, farto uso de tecnologia, terceirização da produção de conteúdos e alterações nas atividades dos professores. Apesar de uma espécie de movimento em bloco, há muitas e, às vezes, sutis diferenças tanto entre as propostas oferecidas pelas instituições como sobre a visão que elas têm a respeito do profissional que querem formar e sobre seu próprio papel na sociedade. Entre docentes, a expectativa é a respeito do impacto da transformação sobre as remunerações e o número de postos de trabalho

PUCRS busca alternativa ao modelo mercantil

Apontadas como responsáveis por proporcionar o acesso ao diploma sem, na prática, a qualificação equivalente, as instituições mercantis seguiram com um alto índice de ingresso, mas a preocupação da evasão as obrigou a remodelações. E elas seguem enfrentando por parte da concorrência questionamentos sobre o tipo de profissional que lançam em um mercado cada vez mais competitivo, que amarga índices altos de

desemprego e no qual sobra mão de obra com qualificação baixa ou intermediária.

“Víamos que a educação online precisava acontecer. Mas o modelo não condizia com nossa forma de ser. Não consigo fazer, com a qualidade da nossa universidade, um curso a R\$ 200,00, a R\$ 150,00. O impasse era como avançar para a educação a distância sem perder qualidade, mas sendo sustentável. Além de todos os estudos, o

nível dos alunos à tecnologia hoje permitiu o avanço. É possível fazer educação de qualidade online a um custo sustentável”, afirma a assessora da Pró-Reitoria de Graduação e Educação Continuada (Prograd) da PUCRS, Marion Creutzberg.

A PUCRS ainda não tem nenhuma graduação na modalidade EaD, que prefere denominar online. Concentrou o ensino a distância nas pós-graduações, onde

estão matriculados quase 20 mil alunos. Mas pretende dar *start* no novo processo no segundo semestre, de forma a que todos os cursos de graduação presenciais tenham 20% online, com a perspectiva de chegar, no futuro, aos 40% previstos na legislação. A universidade também pretende finalizar em 2020 o projeto de EaD propriamente dito e, após os encaminhamentos necessários junto ao MEC, oferecer as graduações a distância.

Feevale: reformulação e reestruturação de currículos

Na Universidade Feevale, ao invés de online, o termo utilizado para definir o ensino a distância é digital. A Feevale Digital e a reformulação e reestruturação dos currículos dos cursos presenciais são, conforme o diretor de Novos Negócios da instituição, Alexandre Zeni, as duas grandes alterações na graduação. “Há uma mudança bem significativa no presencial. O aluno precisa

de uma formação mais rápida e mais continuada”, resume.

As graduações ‘digitais’ passaram a ser oferecidas no verão, em módulos trimestrais, uma estratégia para coibir a evasão. O projeto é próprio, utiliza a plataforma da Blackboard e se propõe a ter um alinhamento estreito ao presencial. De acordo com Zeni, os professores e coordenadores dos cursos EaD

e presenciais são os mesmos, nenhum dos polos é terceirizado (com exceção do localizado na China), e o conteúdo do digital é igual ao do presencial e desenvolvido pela instituição. Ao todo, são 17 graduações a distância nas áreas de Ciências Humanas, Sociais e Exatas. “Acesso a conteúdo e informação, todo mundo tem. O desafio é transformar isso em conhecimento e o conheci-

mento contribuir com a sociedade. As universidades particulares enfrentam problemas sérios, porque é difícil competir com mensalidades de R\$ 100,00. Nos últimos três anos, a redução média de preço no Brasil foi de quase 40%. Na verdade, fazer EaD, com qualidade, é mais caro. Quando se consegue ganhar em escala, é que ele se torna mais barato”, explica o diretor.

Unijuí implanta projetos integrados

Na Unijuí, estão em implantação os programas integrados de formação, os quais incluem tanto mudanças nos projetos pedagógicos como nas metodologias e tecnologias utilizadas nos cursos. Desde o início de 2019, estão em vigor nas áreas de Engenharia (sete graduações), Educação (cinco licenciaturas) e

Gestão (três graduações). Na EaD, a universidade busca uma reestruturação. “A partir de 2019, são sete cursos na área de Gestão, um novo modelo, um novo ambiente virtual de aprendizagem, o Moodle, e um trabalho para tomar o Google for Education ferramenta auxiliar no processo de ensino e aprendiza-

gem”, elenca a vice-reitora de Graduação, Cristina Pozzobon.

Para o EaD, a Unijuí tem contrato de aquisição de conteúdo com a Univates, mas a proposta é própria, com diferenças em relação a tempo e projeto pedagógico. “O fato é que recebemos nascidos a partir do ano 2000. Há uma mudança no per-

fil de ingressante e isso exige que as instituições de Ensino Superior se modifiquem. Temos um público nativo digital, que se comunica, tem sonhos e aspirações diferentes. A internacionalização e a educação colaborativa já fazem parte deles quando chegam à universidade”, considera a vice-reitora.

UCS adere ao fluxo contínuo

NA UCS, neste ano passou a vigorar o processo seletivo em fluxo contínuo, com possibilidade de ingressos semanais, para todos os bacharelados e licenciaturas, com exceção de Medicina, Medicina Veterinária e Odontologia. A sistemática já estava em vigor desde agosto para os cursos tecnológicos de curta duração e os de EaD. Os currículos das 80 graduações passaram por reestruturação no ano passado, com a adoção de metodologias ativas de aprendizagem. A seleção para o fluxo contínuo é feita pela nota da redação no Enem ou pela de um dos vestibulares da UCS a partir de 2014 ou por meio de uma prova de redação. A adaptação a cursos em anda-

mento usa um modelo pedagógico com currículos flexíveis e interdisciplinares, e aprendizagem com projetos e solução de problemas reais.

Para a pró-reitora Acadêmica, Nilda Stecanela, não há mais sentido atualmente em esperar seis meses para fazer um processo seletivo. Ela também afasta questionamentos a respeito do rigor na forma de ingresso, do risco de superficialização na assimilação de conteúdos, ou do nivelamento do conhecimento. “Estudantes, EaD ou presenciais, são todos da universidade. Quando você democratiza o acesso, vai receber alunos com diferentes trajetórias de formação. É papel da instituição situá-los em nível acadêmico e de-

finir ações para sua formação plena. A UCS não tem polos alugados em um escritório, tem *campi* fora da sede. Nossos estudantes são vinculados a uma unidade e acessam um campus com um diretor, um coordenador de curso, um tutor, uma biblioteca, uma programação.”

“No Brasil, estamos um tanto atrasados em relação às transformações pelas quais a educação passa no mundo. Nossos jovens têm a informação na palma da mão, mas nossas salas de aula são parecidas com as dos nossos avós. O mundo mudou, mudou rápido, e a educação precisa acompanhar”, afirma o vice-reitor da Urcamp, Fábio Paz. Segundo ele, as metodologias ativas

terão adesão crescente junto com os ambientes criativos, o pensamento computacional e o empreendedorismo. A Urcamp vem reproduzindo no RS o modelo da paranaense UniAmérica, de ensino por competência, e implementou a Graduação I 5.0, na qual o foco é que os estudantes sejam vinculados a projetos e apresentem propostas a demandas de organizações e comunidades. No ambiente virtual Sou I, estudantes, comunidade, empresas, professores e mentores cadastram demandas e experiências, e, em sala de aula, são desenvolvidas soluções e respostas. No segundo semestre, a universidade irá implementar a modalidade EaD em pelo menos 20 cursos.

MATRÍCULAS Cursos EAD - Estado do RS

Fonte: Sindata /Semesp | Base: Censo INEP



MATRÍCULAS Cursos Presenciais - Estado do RS

Fonte: Sindata /Semesp | Base: Censo INEP



ENTREVISTA | BLASIUS DEBALD

Pró-reitor explica modelo híbrido

Em funcionamento desde 2013 em Foz do Iguaçu, no Paraná, quando a Associação Internacional União das Américas comprou a Faculdade União das Américas, a UniAmérica é uma instituição comunitária privada não confessional de ensino superior, sem fins lucrativos, que em 2018 alcançou a condição de Centro Universitário. A rápida expansão, sua autodefinição como 'modelo radicalmente inovador de Educação Superior' e as metodologias utilizadas chamaram a atenção de parte das instituições que buscam remodelagem em cursos e currículos. No RS, a UniAmérica trabalha com a Urcamp e a Unisc. O Pró-reitor Acadêmico da UniAmérica, Blasius Debald, falou ao *Extra Classe*.

Extra Classe – Quais são as mudanças mais significativas hoje na Educação Superior?

Blasius Debald – A primeira é que, a médio prazo, entre cinco e 10 anos, vislumbramos um modelo híbrido, que faça um mix para atender a demanda. O híbrido deve superar tanto o EaD como o presencial tradicional. No caso do EaD, porque, à medida que os profissionais que se formarem começarem a entrar no mercado de uma forma mais massiva, perceberemos que não estão preparados para enfrentar os desafios profissionais. A formação EaD vai ser colocada em xeque. Porque não basta apenas ter um diploma. É necessário ser um profissional diferenciado para ocupar as funções e os postos de trabalho. E hoje o que o EaD mais enfoca é a questão do diploma: fácil e rápido. Esse profissional, creio eu, terá dificuldade em se colocar. À medida que ele não conseguir mais se colocar no mercado, começará a questionar o modelo EaD.

EC – E os cursos presenciais?

Debald – O fato é que já não faz mais sentido o aluno vir cinco noites na semana à aula para ouvir um professor quando poderia estar muito bem pesquisando com ferramentas tecnológicas em casa. Na UniAmérica, tudo o que é conteúdo teórico o aluno estuda (chamamos de sala de aula invertida) antes de vir. Na sala, ele desenvolve atividades de aprendizagem que dão significado ao que estudou. Ele aplica fazendo, e isso em um projeto que normalmente vem de uma demanda

real da comunidade. Ele estuda a demanda para apresentar uma solução. Não trabalhamos com disciplinas, não trabalhamos com aulas expositivas e nem com conteúdos expositivos. A matriz curricular é estruturada por competências. Nossos componentes curriculares chamamos de projetos. Incentivamos o aluno a aprender fazendo, se envolvendo com o processo de aprendizagem e atendendo a todos os conteúdos curriculares que precisa atender. Trabalhamos no desenvolvimento de competências. Nossos professores fazem a mediação do conhecimento, orientando o aluno. Ao mesmo tempo, quando o aluno tiver uma dúvida, ele explica a partir da dúvida.

EC – Dentro desta metodologia, o entendimento particular de um aluno sobre obras como 'Leviatã' ou 'Raízes do Brasil' é o preponderante? Se ele não ficou com dúvidas é porque teve condições de entender sem o auxílio do professor?

Debald – Se não tiver nenhuma atividade em que esses autores precisem ser trabalhados, ele não vai ler por ler. A diferença do nosso modelo é a seguinte: ele vai ler Thomas Hobbes se em algum momento precisar usar a teoria de Thomas Hobbes para explicar ou aprender um projeto. No modelo tradicional liamos muitos clássicos, mas não sabíamos por que estávamos lendo. Na UniAmérica, o aluno de Engenharia, por exemplo, vai estudar Cálculo quando precisar aplicar na prática. Então, provavelmente, estudará Cálculo durante todo o curso.

EC – Isso não restringe o conhecimento?

Debald – Nossos alunos ampliam sua capacidade de conhecimentos. Eles estudam teoricamente muito mais do que os alunos tradicionais. Mais ainda: já aprendem a prática profissional durante todo o curso. Quando nossos alunos concluem o curso, eles têm entre 30 e 40 projetos realizados em sua área profissional. Faz de forma acadêmica o que faz um graduado de forma profissional.

(Leia entrevista completa em www.extraclasse.org)



Blasius Debald

Foto: UniAmérica/Divulgação

Professores também são afetados

No cenário que se desenha com a série de inovações tecnológicas em curso, duas questões concentram as preocupações dos docentes, segundo o diretor do Sindicato dos Professores do Ensino Privado (Sinpro/RS) Marcos Fuhr. "A primeira é com o impacto que esta nova realidade terá sobre a empregabilidade dos professores, porque a perspectiva é de que sobre os docentes, o que já se expressa em levadas de demissões. As perspectivas são de redução da carga horária e remuneração. Há também casos em que professores recebem pagamentos menores para desempenhar funções de tutores", exemplifica.

A segunda inquietação trata

da essência da atuação dos profissionais. "É inegável que já vivemos em uma realidade na qual os professores, no desempenho de suas atividades docentes, são profissionais cada vez mais cerceados por esquemas e processos rígidos com prescrições categóricas e posturas determinadas por protocolos que engessam a atuação profissional", alerta o diretor.

Conforme ele, o Sindicato vem insistindo com as representações das instituições para que as mudanças sejam "postas na mesa de negociação", de forma a que existam regulamentações e definições de parâmetros que mantenham a valorização dos profissionais e evitem o rebaixamento da concorrência.

Quase metade (48,6%) das vagas ofertadas nos processos seletivos de vagas novas para cursos presenciais é preenchida. Na educação a distância, um quarto está ocupado

Entre 2007 e 2017, o número de ingressos subiu 19% nas graduações presenciais e 226% nas a distância.

O número de matrículas em cursos de graduação presencial diminuiu 0,4% entre 2016 e 2017. Na modalidade a distância, o aumento foi de 17,6%, o maior percentual desde 2008.

ENTREVISTA | MARION CREUTZBERG

O desafio é a forma como se faz

Marion Creutzberg, assessora da Pró-Reitoria de Graduação e Educação Continuada (Prograd) da PUCRS, fala a respeito do projeto sobre EaD, o cenário nas comunitárias de Educação Superior.

EC – Quais mudanças podem ser projetadas na Educação Superior para os próximos anos?

Marion Creutzberg – Com certeza o futuro é de muita mudança. Ninguém sabe exatamente qual sua dimensão, mas é certo que o uso dos meios digitais ou da educação online está dado, não tem volta. É o que se vê no mundo inteiro, a educação online e outras formas de aprendizagem. Os cursos a distância com outras tecnologias e um design gráfico muito mais atrativo e interativo para os alunos permitiram uma retomada das propostas online por parte das comunitárias. É uma outra forma, mas na qual é necessário garantir a mesma aprendizagem. Esta talvez seja a questão mais importante. Aqui na universidade, temos nos ocupado bastante desta perspectiva um pouco mais global. O movimento PUC 360° traz junto a mudança na forma de ensinar, o aprender de outras maneiras e o aprender pela pesquisa também na modalidade online. Agora remodelamos todo o nosso processo de disciplinas online justamente dentro da perspectiva pedagógica nova de ensinar e aprender pela pesquisa, que exige aproximação de saberes. Além disso, enquanto que nos cursos presenciais não consigo reunir grandes grupos, ou muitas vezes tenho cursos com 60 alunos em sala e não consigo misturar alunos de outros cursos, na flexibilidade de horários do online imaginamos uma perspectiva muito favorável à pesquisa interdisciplinar.

EC – O futuro é o modelo híbrido? Como isso pode impactar na estrutura física de universidades de ponta, que sempre tiveram seus campus como centros de excelência e desenvolvimento de pesquisa?

Marion – O termo não existe na legislação hoje, que ainda limita um pouco a questão do híbrido. Mas a tendência é esta. As mudanças na legislação, a possibilidade de até 40% online nos cursos presenciais, dão a conotação do híbrido. Vemos vários modelos sendo testados e acompanhados. Praticamente todo mundo tem um modelo. Sobre o campus: pelo menos nas grandes universidades, onde acontece ensino, pesquisa e extensão, o campus vai continuar existindo. A PUC

fez toda uma remodelação neste sentido também, de o que chamamos a vida do campus. O que talvez deixe de existir é a situação de multicampi. Começa a perder um pouco o sentido ter vários campus e manter suas respectivas infraestruturas. E, ainda, situações de polos que, algumas vezes, não é possível nem chamar de salas de aula. Possivelmente, haverá diminuição.

EC – Por que vocês utilizam o termo online ao invés de EaD?

Marion – Porque ensino a distância ainda dá aquela sensação de separação do processo pedagógico. O professor está de um lado, eu estou de outro, e distante da produção do conhecimento. E precisamos garantir educação online com qualidade de aprendizagem e alta interação. Ela não pode ser de total abandono do aluno em sua trajetória. Principalmente na graduação. Estou fazendo a formação de um profissional e preciso entender que ele tem uma autonomia, mas de disciplina, de busca do conhecimento, mas necessita ter presente o professor e a universidade. Nós trabalhamos com nosso corpo docente. Não é um terceirizado que eu nem conheço. São nossos professores que produzem o conteúdo, que fazem a mediação.

EC – Qual é o maior desafio da EaD?

Marion – Garantir o debate. Caso contrário, não tenho construção e produção de conhecimento. Muitas vivências e práticas demonstram que isso é possível. Mas requer investimento em equipes e muito trabalho. Posso ter uma disciplina online sendo ofertada com um tutor para tirar dúvidas. Agora, se eu garanto o professor para o debate, eu garanto também a interação. Sabemos que existem alunos que vão acessar melhor a aprendizagem por esses meios (online), inclusive. Acaba sendo uma forma de inclusão. Mas não adianta colocar alunos para debaterem sozinhos se o professor não está acompanhando para levá-los à aprendizagem. A questão não é apenas ter acesso. É necessário ter sucesso. Nesta perspectiva, acredito que alguns dos grandes grupos também vêm incrementando sua qualidade dentro daquilo que lhes permite continuar com os lucros que obtêm. Existe uma caminhada de melhoria, até porque, por serem grandes grupos, investem em tecnologia. Mas é outro padrão, são coisas não comparáveis, basicamente. O grande desafio não é a Educação a Distância, é a forma como a gente faz isso.



Marion Creutzberg

Foto: Arquivo pessoal



Foto: Igor Sperotto

O Brasil à beira da recessão

por Flavia Bemfica

A sucessão de indicadores ruins, a queda nos rendimentos, a inadimplência alta, a manutenção das taxas abusivas de juros e a continuidade de 12,8 milhões de pessoas desempregadas fazem com que o país comece o segundo semestre com pouca esperança de alguma recuperação da economia em 2019. Na reduzida fatia da população que tem dinheiro, sejam pessoas físicas ou jurídicas, não há segurança para gastar nem investir

Não bastassem os números, os atos e as declarações do presidente da República minam a confiança de investidores brasileiros e internacionais. A estagnação já começa a puxar para baixo também as projeções para 2020. O cenário é agravado pela constatação de que o governo entra no oitavo mês sem anunciar um plano que garanta a sustentabilidade, ou que desafogue a economia no curto prazo. Governistas e parte do empresariado falam em retomada lenta. Mas analistas econômicos tratam de paralisia. Os dados da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, divulgados pelo IBGE em 31 de julho, com os números do mercado de trabalho, refletem a economia real.

A Pnad mostrou que, no segundo trimestre, o desemprego recuou para 12%. Era 12,7% no primeiro. E que o número de empregados com carteira assinada subiu 0,9% na comparação entre os trimestres. Por outro lado, a série teve dois recordes negativos: a população disponível para trabalhar mais horas, chamada de subocupada, chegou a 7,4 milhões; e o número de trabalhadores por conta própria foi a 24,1 milhões. Além disso, não há variação significativa no número de desalentados: são 4,9 milhões os que desistiram de procurar emprego; os empregados sem carteira assinada subiram para 11,5 milhões (aumento de 3,4%), e o rendimento médio real habitual caiu 1,3%, passando de R\$ 2.321 no primeiro trimestre para R\$ 2.290 no segundo. É a quarta queda sucessiva nos rendimentos entre trimestres.

Neste cenário, a liberação do saque de R\$ 500,00 de cada conta do FGTS a partir de setembro terá pouco efeito sobre o consumo. A aposta dos analistas é de que as pessoas usem o dinheiro para pagar parte das contas em atraso, já que elas são muitas. A Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), mostrou que, em junho, aumentou pelo sexto mês consecutivo o percentual de famílias brasileiras endividadas, alcançando o maior patamar desde julho de 2013. Em valores, a média do endividamento do brasileiro é de R\$ 3,2 mil. As dificuldades são agravadas pela insegurança mesmo

entre os que estão empregados e a saturação de setores para além do mercado tradicional, antes apontados como válvula de escape para fazer a economia girar.

“Percebo duas mudanças que diminuem os rendimentos para quem trabalha em plataformas

como a que eu atuo: a queda de movimento nas ruas e o desemprego. O desemprego leva mais pessoas a este tipo de trabalho, o que acaba saturando a oferta. A estimativa é de que existam, na região metropolitana de Porto Alegre, entre 35 mil e 40 mil motoristas

cadastrados somente na plataforma da Uber. O aumento do número de motoristas diminui o faturamento de todo mundo, porque as corridas acabam diluídas. Antes eu chegava a um faturamento entre R\$ 300,00 e R\$ 350,00 ao dia. Hoje, para chegar aos R\$ 250,00, é bem

difícil, muitas vezes tenho que trabalhar além da carga que eu me determinava como meta. Trabalhava de oito a 10 horas antes. Agora são de 10 a 12 horas, às vezes mais, para ter um faturamento interessante”, explica o motorista de aplicativo Ronan Martins.

Economistas de diversas vertentes consideram o futuro pouco promissor

A situação preocupa diferentes correntes de economistas, porque projeta um futuro pouco promissor caso o governo siga sem promover medidas de estímulo, como investimentos em obras de infraestrutura e mudanças significativas nas taxas de juros ao consumidor, e mantenha uma política de cortes de investimentos. “É um círculo vicioso. A massa de rendimentos não está crescendo de forma sustentável, as empresas estão com capacidade ociosa elevada e, no curto prazo, não se vê aumento no investimento privado, justamente porque a capacidade ociosa é alta”, diz o professor do Programa de Pós-Graduação em Economia da Unisinos Marcos Tadeu Lelis. Ele explica que existe um encaqueamento: o país está há praticamente cinco anos com a economia muito ruim, então a demanda cai,

as empresas investem menos, os estoques diminuem, a capacidade de oferta fica menor e uma grande massa de desempregados se concentra na faixa etária dos 19 aos 24 anos. “Se o desemprego é alto nesta faixa, ela não consegue se preparar para o mercado. Veja, estamos falando do futuro. Sem estímulo, uma retomada vai ficando cada vez mais difícil. E o governo não deu mostras até agora de ter um plano, uma ‘espinha dorsal’ para a economia”, elenca.

Lelis se refere a um debate que cresce não apenas entre analistas econômicos, mas também entre todos os que pesquisam diversos indicadores sociais, como saúde, educação e mundo do trabalho. A preocupação é com a perpetuação de uma situação de crise que pode resultar em danos de longo prazo e estreitar as alternativas de retoma-

da do crescimento, em função de um efeito do tipo dominó, que vai exigindo soluções mais complexas e abrangentes. E para o qual as tradicionais medidas de ajuste fiscal, implementadas no país de forma cada vez mais rigorosa desde o segundo governo de Dilma Rousseff, não têm se mostrado eficientes.

Os pesquisadores têm motivos bastante concretos para projetar os riscos futuros, que extrapolam em muito questões ideológicas ou a crença de que reformas como a previdenciária e a tributária podem tirar o Brasil do atoleiro. Conforme os levantamentos do Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (Codace), a última recessão da economia (tecnicamente, dois trimestres consecutivos de queda do PIB) começou no segundo trimestre de 2014 e acabou no quarto trimestre de 2016. Mas, depois dela,

o crescimento se manteve em patamares tão insignificantes (média de 1% ao ano), que o PIB continua menor do que era antes daquela crise: passados cinco anos, é 5,3% inferior. Com muito otimismo, os números voltariam ao patamar do primeiro trimestre de 2014 somente em 2022. A renda *per capita*, diretamente relacionada à produção da riqueza, fechou o ano passado 8% abaixo daquela do início de 2014. Esse longo período de renda *per capita* abaixo de um ponto anterior é o que parte dos economistas define como um estado de depressão econômica tão enraizado e duradouro que passa a ser uma constante da economia, abalada pela grande dificuldade que é recuperar tanto capital humano como físico despreparados, desatualizados ou deteriorados pelo fato de não serem usados.

Comércio e serviços operam no limite

“O pequeno comércio, o pessoal de serviços, está todo mundo no limite. Não há nenhuma medida para a economia e nem para o emprego. A gente sabe porque, quando a crise chega no contador, é porque a situação é muito séria”, resume o contador e escritor Marcelo Benvenuti. Segundo ele, no dia a dia do trabalho, é possível observar duas situações que expõem o caráter duradouro da crise e o pessimismo em relação ao fu-

turo. A primeira se caracteriza por clientes que simplesmente deixam de aparecer, ficam em débito com o próprio contador, abandonam o CNPJ e passam a acumular dívidas na Receita Federal. A segunda, bem característica do momento, é o número expressivo de pequenos empreendedores que recebem de empregados propostas para que sejam demitidos, com acordo para a retirada de percentuais do FGTS e da multa, de modo a consegui-

rem um volume de dinheiro que lhes permita pagar contas em atraso e voltar a ter algum poder de consumo. Na sequência, estes trabalhadores continuam trabalhando, mas sem carteira assinada.

As situações envolvendo pequenos e médios empreendedores trazem, na prática, tanto o aumento da informalidade registrado pelo IBGE como a justificativa do governo para a liberação das contas do FGTS: uma forma de coibir os acor-

dos de demissão para a retirada dos valores do Fundo. E expõem a dificuldade para pagar contas também entre pessoas jurídicas. Em junho, voltou a crescer a taxas mais elevadas o volume de empresas com contas em atraso e registradas em cadastros de inadimplentes, que vinha desacelerando no país. No sexto mês do ano, a alta na quantidade de pessoas jurídicas negativadas foi de 4% em relação ao mesmo período de 2018.

Cortes do governo agravam o cenário e não ajudam

“O Brasil tem escassez de demanda. Há ausência de consumo e de investimento. Junto com isso, o governo vem cortando gastos, o que só agrava o cenário, porque não ataca o problema, que é a demanda. Ela não vai se recuperar em função

do mercado externo, porque o cenário internacional não é de crescimento. O brasileiro está mais pobre e o governo não tem plano nem de recuperação do crescimento e nem do emprego”, projeta o professor do Instituto de Economia e diretor do

Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica (Cecon) da Unicamp, Pedro Rossi. Conforme ele, a política do governo, calcada em reformas estruturais e privatizações, não tem efeito no curto prazo e, se tiver, será negativo. “O que precisa-

mos é de estímulo de demanda, e isso passa por gasto e investimento público. Mas, infelizmente, dado o retrospecto dos integrantes do governo, essa inversão no diagnóstico da crise é muito remota”, lamenta. *(Mais informações na página 3)*

As famílias partidas da Vila Nazaré

por Matheus Chaparini
fotografia Leonardo Savaris

Após anos de tentativas sem sucesso, a obra de extensão da pista do aeroporto Salgado Filho ganhou andamento com a empresa alemã Fraport. A Vila Nazaré fica na linha da pista, e a execução da obra depende da remoção de 1,3 mil famílias. O número se baseia em um cadastro feito pela prefeitura de Porto Alegre em 2010. Moradores acreditam que sejam mais de duas mil. Cerca de cem já saíram do local. Para quem ficou, reina a incerteza. A Justiça suspendeu as demolições até a audiência marcada para o dia 8 de agosto, em função de uma Ação Civil Pública ajuizada por Ministério Público Federal (MPF), Defensoria Pública da União (DPU), Ministério Público Estadual (MPRS) e Defensoria Pública Estadual (DPE). Os órgãos querem garantias de que os moradores serão instalados em condições dignas e que as remoções só serão retomadas após o cadastramento de todos



Erondina nunca viajou de avião nem pisou no saguão do aeroporto Salgado Filho. “Só em sonho”, brinca. Chegou à Vila Nazaré na primeira metade da década de 1970. Antes, morava em uma pequena vila nas proximidades da Avenida Plínio Brasil Milano, que foi removida. Ela teve de migrar, com outros moradores, para um terreno na Zona Norte, onde morava meia dúzia de famílias. Naquele chão ergueu sua casa e teve duas filhas, que vivem ali até hoje.

No dia 24 de junho, Erondina Soares Azevedo foi uma das primeiras moradoras retiradas da



A Vila Nazaré fica onde está prevista linha da pista da nova configuração do aeroporto Salgado Filho, e a execução da obra depende da remoção de 1,3 mil famílias

Vila Nazaré e transferidas para o loteamento Senhor do Bom Fim, a pouco mais de 3 km de distância. As duas filhas ficaram.

No terreno onde mora Andreia Azeredo, sobraram uma casa, numerada em tinta verde e marcada com um "R" (de Remoção), e os escombros do imóvel demolido. Em meio aos entulhos, é possível identificar metade da cozinha e a sala de estar, sem teto, mas ainda com um sofá.

A casa fica no acesso 6 da vila. A irmã de Andréia, Maria Juçara, mora no acesso 5. Sua casa também foi numerada. Mas não ganhou um "R".

A situação da família Azeredo é o retrato da Nazaré: partida em três.

Os moradores removidos serão reassentados em dois pontos distantes entre si em mais de 6 km. O loteamento Senhor do Bom Fim, no bairro Sarandi, onde mora Erondina, deve receber 364 famílias. Outras 936 serão enviadas para mais longe, ao loteamento Irmãos Maristas, na Vila Timbaúva, bairro Rubem Berta.

A prefeitura pretende concluir as remoções até o fim do ano. Há ainda uma pequena parte da vila que fica. São as áreas denominadas de Pepino e Lampião.

Concebido e travado há pelo menos dez anos, o projeto de ampliação da pista do aeroporto Salgado Filho finalmente começou a andar quando a Fraport venceu a concessão, em 2017.

A pista ganhará mais 920 metros, chegando a 3,2 km. A obra é necessária para ampliar a capacidade do transporte de carga do Salgado Filho. E, para tanto, é necessária a retirada da Vila Nazaré.

No dia 21 de junho, foram retiradas as primeiras famílias. A remoção não é feita por áreas. Andando pelas ruas da Nazaré, a cada quadra há uma casa demoli-

da. E os escombros ficam no local. "Eles derrubam e deixam tudo. É horrível de ver. Uma história de vida construída dentro da vila", lamenta Ilson Cardoso da Silva, marido de Andreia.

A empresa apresentou um plano de remoção no valor de R\$ 29 milhões. A novidade que trouxe esperança aos moradores foi a entrada de órgãos públicos estaduais e federais na discussão. O MPF estima que o reassentamento da Nazaré custe à Fraport Brasil R\$ 146 milhões. O valor é calculado com base nos estudos que precederam a concessão.

“Aqui vai ser meu fim”



No terreno onde moram Andreia Azeredo e o marido, sobraram uma casa, numerada em tinta verde e marcada com um “R”, e os escombros do imóvel demolido

Quando os Azeredo chegaram, eram poucas casas e muito mato, recorda Andreia. “Nasci aqui, neste terreno, em 1975. Nunca saí deste lugar.”

Com o tempo, mais famílias se instalaram no terreno e construíram o que hoje é a Vila Nazaré. O convívio ao longo dos anos criou uma relação de comunidade entre

os moradores mais antigos.

“Um cuida a casa do outro. Se eu botar roupa na cerca e chover, a vizinha entra, recolhe e guarda. É tipo uma família”, afirma.

O reassentamento de Erodina alterou a rotina da filha Andreia. Ela divide com a irmã e uma sobrinha os cuidados. “Eu tenho que sair às seis e meia. Vou com a mi-

nhá filha para lá, arrumo o café para a mãe, limpo a casa e faço almoço. Depois, trago a guria pro colégio, do outro lado da Sertório, e volto para lá de novo.” O trajeto de ônibus dura apenas dez minutos. Mas, no fim da semana, representa um gasto de R\$ 140 em passagem.

Ela reconhece que as condições de vida no local não são as

ideais. O esgoto da casa entupiu e corre a céu aberto. O mesmo acontece em outras.

Mesmo assim, ela nunca quis deixar a vila. Até o dia em que a mãe saiu. “Eles fizeram um jogo bem esquematizado. Se ela não tivesse saído, óbvio que a gente ia botar o pé e ficar. É uma história que a gente montou aqui, entendeu?”

“A minha casa está na linha da pista”

Morador da Vila Nazaré desde a infância, foi lá que Oseas Oliveira Santos fez sua clientela. Há seis anos, ele e a esposa produzem pães, bolos e salgados, que ele vende de bicicleta na vila.

“Saí com a cara e a coragem, gritando na rua. Agora eu tenho uns quantos clientes fixos, alguns até me chamam pelo whats”, lembra. O negócio sustenta o casal e os dois filhos de 15 e 20 anos.

Com o início da remoção, as vendas caíram. Parte da clientela se mudou para o loteamento, e para Oseas, aumentou a distância percorrida e reduziu as vendas. Enquanto se esforça para manter o negócio, ele convive com a incerteza em relação ao próprio futuro. “A minha casa está na linha da pista, mas eu não sei quando eu vou sair. Ainda não fui chamado.”



Oseas Oliveira Santos e sua família vivem da produção e venda de pães artesanais comercializados na região

“Nossa ideia é realocar todos juntos na região”

Daniel Alex da Silva Dutra é presidente da ONG Criança Feliz Nazaré, que realiza atividades de lazer na comunidade. A ONG reivindica melhores condições de reassentamento para os moradores. “Não estamos contra o aeroporto, mas eles têm 1,3 mil casas, nós temos mais de 2 mil famílias. Não tem casa para todo mundo”, declara.

A instituição recebe apoio do Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST) e da ONG Amigos da Terra. O movimento aponta como sugestão a realocação das famílias em uma área próxima.

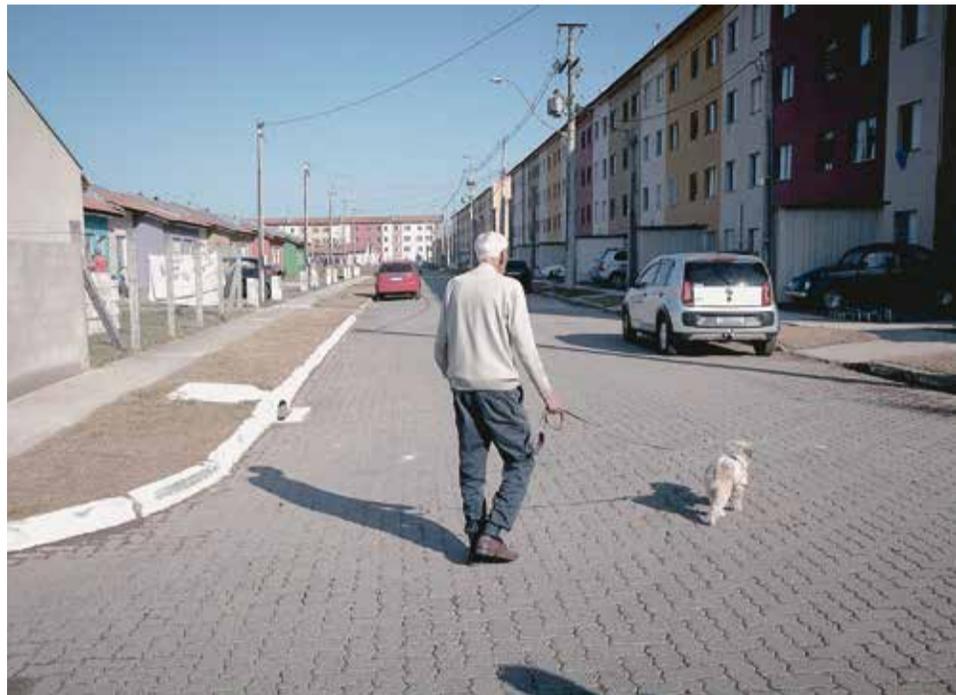
“Nossa ideia é realocar todos juntos na região. A gente ficaria com a mesma escola, sem precisar transferir os alunos, o mesmo Posto de Saúde, as pessoas ficariam com seus empregos aqui na volta e manteriam seus vínculos familiares e de amizade.”

Ele afirma que há um terreno do município próximo e com área maior que a da vila, onde poderia ser reconstruída a Nazaré.



O movimento dos moradores aponta como sugestão a realocação das famílias em uma área próxima

MPF exige plano de reassentamento



De acordo com a ação na Justiça, a realocação se dá em cenário de falta de transparência, violação de direitos dos moradores

A Ação Civil Pública ajuizada pelo MPF pede que a Fraport Brasil assuma a responsabilidade de resolver a questão habitacional, arcando com o custo do reassentamento.

Pede ainda que a empresa e a prefeitura suspendam as remoções até o cadastro integral das famílias e a elaboração do Plano de Reassentamento, em que sejam detalhados as opções de soluções habitacionais e os critérios de seleção, a ser submetido à discussão com a comunidade.

De acordo com a ação, a realocação se dá em “cenário de falta de transparência, violação à isonomia, impessoalidade e publicidade, uma vez que as famílias ainda não cadastradas não podem, caso queiram, concorrer às unidades que já estão sendo distribuídas”.

PLANEJE SEUS SONHOS.
contribuições flexíveis para você criar o seu futuro.

SINPRORS
PREVIDÊNCIA

INGRESSE AGORA
(51) 99335. 2387
www.sinprorsprevidencia.com.br

INSTITUÍDOR: **SINPRO/RS**
Sindicato Cidadão

GESTOR DO PLANO: **FUNDAÇÃO CEEE**
PREVIDÊNCIA PRIVADA

Iniciaram-se as entregas dos cadernos das CCTs

O Sinpro/RS começou em julho a entrega dos cadernos impressos das novas Convenções Coletivas de Trabalho dos professores da educação básica e educação infantil exclusiva. O documento, junto com a CLT, rege o salário e as condições de trabalho dos docentes do ensino privado gaúcho. A entrega é feita durante a visita dos diretores do Sindicato às instituições de ensino, em todo o estado, e cópias podem ser retiradas nas sedes da entidade

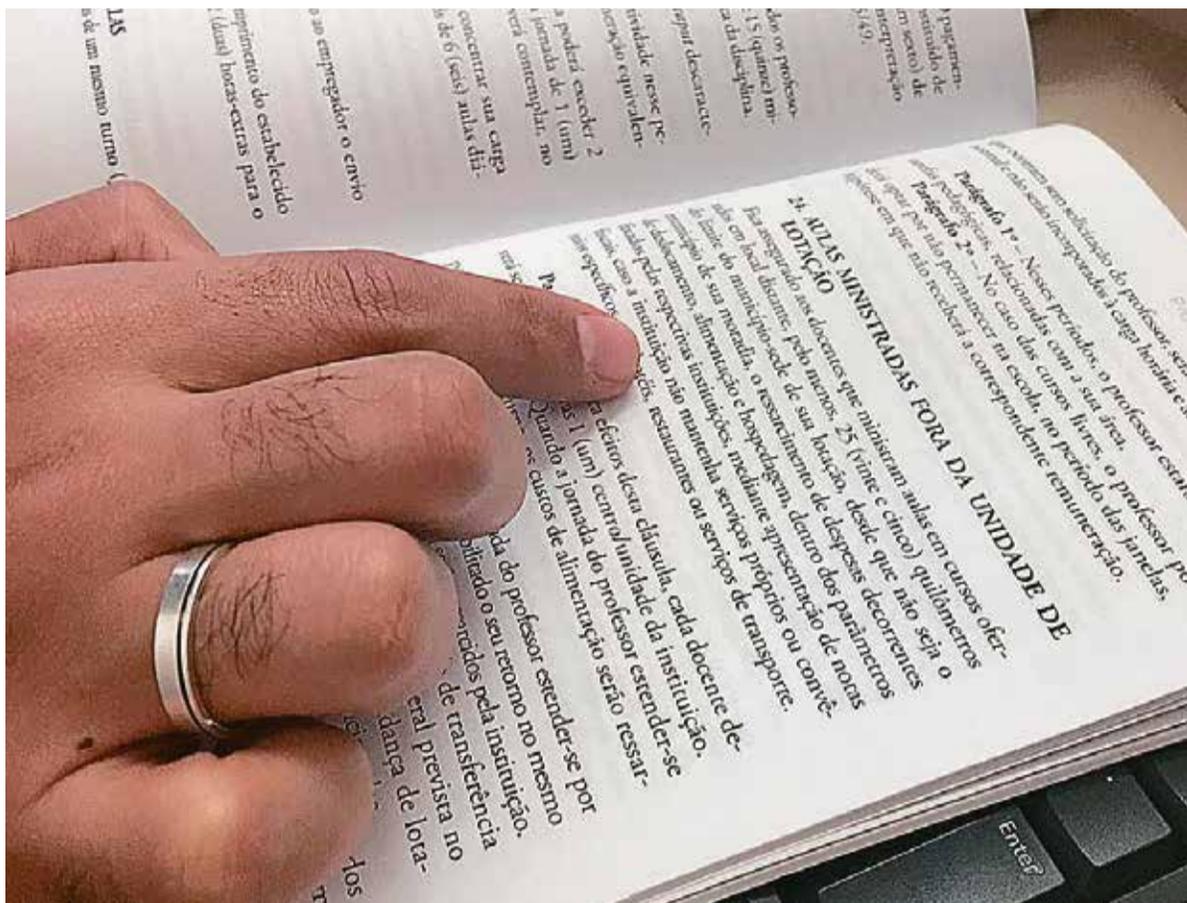


Foto: Ascom Sinpro/RS

por Edimar Blazina

Entre os destaques da CCT 2019/2020 da educação básica, está o reajuste salarial de 3,94%, índice da inflação do período pelo INPC, retroativo a março e pago, no máximo, no salário de julho. A nova Convenção traz também uma aproximação de valores de hora-aula da educação infantil e do ensino fundamental/anos iniciais em relação ao ensino fundamental/anos finais para as escolas com maior diferença entre esses níveis. Serão atingidas as instituições que praticam diferenças acima de 10%, que terão 15% de aproximação, limitando a 2,06% (de ganho real), a ser pago em duas

parcelas (agosto e janeiro). Também foram aprovadas alterações nas cláusulas sociais, como plano de saúde e calendário escolar.

O texto da CCT 2018/2020 dos professores da educação infantil exclusiva destaca, em relação ao reajuste salarial, que as escolas que não reajustaram os salários dos professores em 2018 deverão reajustar 1,69% retroativo a maio de 2018, a ser pago até o 5º dia útil de agosto e mais 5,07%, retroativo a maio de 2019, a ser pago até o 5º dia útil de agosto. As escolas que já reajustaram o salário em, no mínimo, 1,69% em 2018 deverão reajustar, em 2019, 5,07%

retroativo a maio, a ser pago até o 5º dia útil de agosto próximo.

A CCT prevê, ainda, que 50% do décimo terceiro salário será pago no dia 15 de outubro, dia do professor, que terá suas comemorações antecipadas para o dia 14, uma segunda-feira. Além disso, as homologações das rescisões contratuais deverão ser assistidas pelo Sindicato, independentemente do tempo de contratação do professor, inclusive quando a rescisão for por iniciativa do docente.

“O Sinpro/RS está distribuindo os Cadernos da CCT para que os professores tenham em mãos as cláusulas que regem os contratos

de trabalho. Tendo conhecimento do seu conteúdo, poderão reivindicar eventuais descumprimentos ou procurar o Sindicato para que ele busque, junto às instituições, a solução do problema”, explica Cecília Farias, diretora do Sindicato.

As convenções são resultado das negociações do Sinpro/RS com os sindicatos patronais nos diferentes níveis. A íntegra dos documentos pode ser acessada ainda pelo site do Sindicato (www.sinprors.org.br), além do aplicativo, disponível para download nas lojas de aplicativos Google Play e Apple Store, nos diferentes dispositivos móveis.

NEGOCIAÇÃO

Professores de idiomas renovaram convenção coletiva

Os professores que atuam nas Escolas de Idiomas aprovaram, em assembleias realizadas em todo o estado no mês de julho, a proposta negociada entre o Sinpro/RS e o Sindicato Patronal (Sindiomias) para renovação da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT).

Com a nova CCT, ficou definida a reposição salarial de 4% sobre o sa-

lário devido em 1º de abril de 2018. As diferenças correspondentes aos salários de abril, maio e junho de 2019 deverão ser pagas com o salário de julho deste ano, uma vez que a data-base da categoria é 1º de abril.

Em outubro de 2019, o salário dos docentes será novamente reajustado em 1%, não retroativo, considerando os valores obtidos a partir

do reajuste efetuado em abril deste ano, o que deverá ser pago na folha de pagamento do mês de outubro.

Ficou decidido também que a antecipação do 50% do décimo terceiro salário será paga até o dia 30 de agosto de 2019. “Concluído o processo de negociação, o Sindicato seguirá na luta pelo cumprimento das cláusulas da

CCT e na garantia dos direitos dos professores”, afirma Ângelo Prando, diretor do Sinpro/RS.

A íntegra da Convenção Coletiva pode ser acessada no site do Sindicato (www.sinprors.org.br) e pelo aplicativo Sinpro/RS, disponível nas lojas virtuais Google Play e Apple Store, em qualquer dispositivo móvel.

Congresso define lutas e nova estrutura da Contee

Resoluções aprovadas por delegados definem novas estratégias de organização na defesa dos direitos dos trabalhadores em educação de todo o país. A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee) realizou, de 25 a 27 de julho na cidade de São Paulo, o 3º Congresso Extraordinário (Conatee) com o tema *Organizar, resistir e fortalecer*. O evento assinalou a luta sindical em defesa dos direitos dos trabalhadores da educação privada, que vem sendo atingida pelas reformas impostas pelo Congresso Nacional, pelos avanços mercantilistas na educação e pelas tentativas de cerceamento das liberdades de cátedra.

Delegados de todas as regiões do Brasil aprovaram um Plano de Lutas, mudanças regimentais, moções e avaliação do momento político vivido pelo país, que serão publicados no Caderno de Resoluções e no portal da entidade. "São documentos que avançam na organização e potencializam a luta da categoria", avaliou Gilson Reis, coordenador-geral da entidade.

O Sinpro/RS esteve representado por delegados eleitos pela Assembleia Geral realizada em 18 de maio. Dentre os participantes, a diretora Margot Andras desta-

cou a importância do 3º Conatee enquanto espaço para o debate e fortalecimento da Confederação, que, na sua opinião, assume novos desafios em uma conjuntura de precarização das relações de trabalho e iniciativas que retiram direitos dos trabalhadores em todas as áreas, também no ensino privado. "Nesse contexto em que as relações de trabalho se ampliam para muito além dos conceitos que conhecemos, inclusive na educação privada, trazendo a precarização por meio da *uberização*, da *terceirização* e da *pejotização*, quem protege os trabalhadores? É fundamental que uma entidade de terceira instância como a Contee aprimore suas políticas e se posicione de maneira muito clara, denunciando à sociedade iniciativas que atingem os direitos e o meio ambiente de trabalho dos professores", apontou.

Dentre as políticas aprovadas, a reestruturação das entidades sindicais por meio da unificação, da incorporação e do compartilhamento de estruturas e estadualização. Os delegados também deliberaram pela redução do corpo dirigente e das delegações aos congressos e fóruns da Contee. De 18 secretarias, a entidade passa a ter oito e uma coordenação-geral.

Foto: Contee/Divulgação



Delegados de todas as regiões do país aprovaram um Plano de Lutas

Dentre as pautas aprovadas no âmbito educacional, estavam a resistência ao desmonte da educação, a denúncia do péssimo serviço prestado pelas empresas mercantis, e a grave precarização nas condições de trabalho dos professores e funcionários.

O Congresso deliberou, ainda, sobre o posicionamento da Contee a respeito da conjuntura do país, pela manutenção da luta contra a reforma da Previdência e contra a Lei da liberdade econômica, entre outras pautas, além de aprovar

uma moção que pede a responsabilização e o afastamento do ministro da Justiça e Segurança, Sergio Moro, em virtude das provas reveladas pelo site *The Intercept Brasil*, as quais demonstram sua atuação com parcialidade quando juiz da Operação Lava Jato.

No encerramento do encontro, o coordenador da Contee, Gilson Reis, lembrou que "a educação tem grande capacidade de mobilização, organização e de luta. Já estamos iniciando os preparativos para o Congresso de 2020".

METODISTAS

Encontro nacional avaliou situação na Rede

Reunidos durante o 3º Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee), representantes dos sindicatos de professores e de técnicos administrativos de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro discutiram a situação das Instituições de Ensino Superior (IES) e escolas de educação básica integrantes da Rede Metodista de Educação, em todo país.

Foi constatado pelos relatos ouvidos no encontro que todas as instituições da Rede enfrentam os mesmos problemas: descumprimento das Convenções Coletivas de Trabalho (CCTs); atrasos sucessivos de salário; falta de depósitos do FGTS, demissões arbitrárias e sem pagamento de verbas rescisórias. Além das questões trabalhistas, os representantes referiram também o desmonte dos projetos pedagógicos nas instituições.

No Rio Grande do Sul, a situação motivou diversas iniciativas do Sinpro/RS para defesa dos direitos dos professores, com destaque para três paralisações dos docentes do Centro Universitário Metodista - IPA e uma paralisação no Colégio Americano, de Porto Alegre, e outra no Instituto Educacional de Passo Fundo (IE), além de reuniões no Ministério Público do Trabalho e nas instâncias de conciliação da Justiça do Trabalho, e também quase 20 ações judiciais coletivas.

Ainda no encontro, foram definidas ações conjuntas para enfrentar os retrocessos e as constantes violações de direitos trabalhistas praticados pela Rede Metodista, como a preparação de um dossiê sobre a situação das instituições de ensino, denúncias a organismos nacionais e internacionais, moção de repúdio e mobilizações unificadas de âmbito nacional.

DEBATE

Organização Sindical

O futuro do trabalho, a organização dos trabalhadores e o papel dos sindicatos foram temas abordados no debate *Desafios para a organização sindical*, organizado pelas centrais sindicais e confederações de trabalhadores, em parceria com a Fundação Perseu Abramo, Organização Internacional do Trabalho (OIT), Fundação Friedrich Stiftung e Fundação Trabalho, no dia 25 de julho, em São Paulo. O debate contou com participação de representantes da Fundação Perseu Abramo; do Instituto Trabalho; da Fundação Friedrich Ebert; da CUT-SP e do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Confederação Nacional dos Trabalhadores Municipais (Confetam), Federação Única dos Petroleiros (FUP), LBS Advogados e CUT/CNM.

"O movimento sindical precisa encontrar formas de representar as novas categorias de trabalhadores que estão surgindo com as novas tecnologias, diante das reformas que acabam com direitos históricos e, inclusive, proteger esses trabalhadores", destaca Margot Andras, diretora do Sinpro/RS, que participou do evento.

Síndrome de Burnout: conhecer para prevenir-se

O que é?

Literalmente, significa queimar de dentro para fora, simbolizando a perda da vontade e do desejo de continuar.

Conhecida como uma exaustão física e emocional, essa síndrome começa minando a nossa energia, motivação, alegria e entusiasmo. Consequentemente, acaba afetando nossa concentração e foco, diminuindo a autoconfiança e o humor, podendo resultar também em contraturas musculares, entre outros desconfortos físicos.

Por que aparece?

Sem entrar no âmbito político e social que estamos vivendo no Brasil de hoje, o que já seria suficiente para estressar o mais calmo dos viventes, as demandas para os professores seguem muito elevadas, associadas à carga de trabalho excessiva, falta de recursos, falta de tempo, reconhecimento e salários, entre outras tantas situações do dia a dia que os educadores enfrentam.

Será que eu tenho? Uma ferramenta de autoavaliação

Apesar de que o diagnóstico final do *burnout* deva ser feito por um profissional da área da saúde mental, é possível, através de um breve questionário, avaliar se você está enfrentando esse problema.

Que tal investigar se você tem chances de estar sofrendo desta condição?

Na SOMOS MOVE, temos algumas perguntas de rastreio para identificar se você está sofrendo de *burnout*.

Não se trata de um teste psicológico, mas serve para auxiliar você a refletir sobre sua saúde emocional atual.

O que posso fazer? O que podemos juntos fazer para evitar?

Pequenas mudanças, grandes resultados:

- Criar grupo de apoio entre os colegas para ajuda mútua no intervalo das aulas.
- Trocar ideias positivas entre os pares, evitando pessoas negativas e lamentar-se.
- No dia de folga, fazer algumas atividades que “fujam” da rotina.
- Definir pequenos objetivos pessoais e profissionais.
- No lazer, encontrar amigos e familiares.
- Realizar atividades de relaxamento individuais ou em pequenos grupos de colegas.
- Realizar “movimentos físicos” nas breves pausas entre uma atividade e outra – formato Ginástica Laboral.
- Fazer exercícios regulares – caminhar é uma dica de fácil realização e baixo custo.
- Manter uma dieta equilibrada ou balanceada, evitando o consumo de álcool.

Buscar ajuda profissional é sempre a melhor orientação, mas lembre-se que você também pode realizar diversas coisas que irão melhorar a qualidade de sua vida e diminuir as chances de sofrer desta síndrome.

Conte com o apoio da Plataforma Somos Move!

Acesse e inscreva-se
www.sinprors.org.br/saude/saude-do-professor
www.somos.pacevida.com.br/sindrome-de-burnout



ENSINO PRIVADO

APOSENTADORIA

por Daisson Portanova
Advogado



Reforma e modernidade líquida

As críticas pós-modernas aos modelos de descarte envolvendo visões individualistas, inerentes ao sistema de apropriação do comum, induzem ao pensamento, em nosso cotidiano, que tudo é substituível, seja o valor ao compartilhamento familiar até o conceito de dignidade da pessoa humana, como se apresenta a presente reforma, dado o singelo fato de ser um dos objetivos da Constituição Federal a diminuição das desigualdades sociais. Instrumentos dessa diminuição de desigualdades são vários. Vejamos o nosso Sistema Único de Saúde (SUS) a servir de paradigma mundial, ao menos na era Obama, cujos elogios e exemplo serviram de base e semelhança à nação norte-americana. Não diferiu o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), da mesma forma elogiado e copiado para solver crises no continente africano; seguem-se modelos assimilados pela FAO, como o Fome Zero, e tantos outros.

Parecem todos tornados líquidos, chegando até a ser dito por ministros que o Brasil não possui mais miseráveis, por isso, necessários outros tortuosos caminhos a seguir. Pois bem, ao que tudo indica, é o trilhar dos passos desta nova política, caso visto à luz da reforma da Previdência, cujo foco central é o trabalhador da iniciativa privada, regido pelo RGPS – INSS, impondo-lhes ora a culpa do déficit, ora aos trabalhadores do campo pela não contribuição para o sistema em tempos passados, em claro exemplo de *fake news*. Todos, de uma forma ou de outra, contribuíram para o sistema; se muito ou pouco, é finalidade desta proteção a respectiva solidariedade social ou intergeracional. Aliás, é isso que está sendo profundamente reformado!! Sob a visão de magos – como na reforma trabalhista, terceirização, limitação de gastos –, aprovada a reforma, o mundo será de rosas.

Ao mesmo tempo, o governo publica Portaria apresentando a média dos benefícios pagos pelo INSS no país, cujo valor é de R\$ 1.281,76! Sim, é este o patamar médio dos benefícios pagos e, por causa deles, impõe-se na reforma a mudança de apuração do valor da aposentadoria dos futuros trabalhadores, com média de todos os salários sem descarte de 20% dos meses menores, gerando uma redução no resultado final com redutor de 6 a 8%; simultaneamente, fixa patamar inicial de percentuais das aposentadorias em 60%, somados 2% a cada ano a mais trabalhado – outra redução a ser incidente sobre o valor final –, impõe idade mínima para aposentadorias especiais, tornando quase inatingível o benefício e, ainda, estabelecendo outro redutor nas pensões. Ao que parece, tomando em média a perda entre 15 e 20% no valor final do benefício a ser concedido após a reforma da Previdência, aquele valor médio de R\$ 1.281,76 também tende a se reduzir no tempo, ou seja, essa média também perderá valores e percentuais nessa mesma proporção.

A título de ilustração, pensemos que esta reforma tenha ocorrido há 10 anos, e os benefícios neste período já sofressem a incidência dos novos critérios: pensando que se houvesse a perda dos percentuais no resultado final destes 20%, a média paga hoje de R\$ 1.281,76, por certo, seria 20% menor, portanto, grosso modo essa média, ao invés desse valor apurado, hoje seria em torno de R\$ 1.025,41, muito próximo do salário mínimo e, ainda, mais próximo de uma proteção assistencial do que previdenciária. Lembremo-nos: um dos objetivos pugnados pela Constituição Cidadã é a redução de desigualdades. Ao trabalharmos com números e resultados de cada um dos valores a serem concedidos com base na reforma, não só aprofundam-se as desigualdades, mas torna-se claro que, ao contrário da busca do bem-estar social, aprofundaremos conflitos e inaccessos a direitos, portanto, também estamos tornando líquida nossa previdência, que, aos poucos, deixa de ser social.



MARCO AURÉLIO WEISSHEIMER

Os assentamentos de Reforma Agrária estão sob ataque no RS

Mais de quatro mil famílias, que vivem e produzem hoje nesses assentamentos, podem ser afetadas pela mineração

As políticas de Reforma Agrária no Rio Grande do Sul, além de estarem paralisadas desde o governo Temer, ganharam agora, no governo Bolsonaro, um requinte de crueldade: se transformaram, na verdade, em políticas de anti-Reforma Agrária. A cereja no bolo desse processo de retrocessos foi a indicação do médico-veterinário Tarso Teixeira para dirigir a Superintendência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no estado. Diretor da Federação da Agricultura no Estado do RS (Farsul) e ex-presidente do Sindicato Rural de São Gabriel, Tarso Teixeira é um adversário histórico das políticas de Reforma Agrária no Rio Grande do Sul.

Ao anunciarem o nome do líder ruralista para assumir a Superintendência do Incra, o secretário nacional de Assuntos Fundiários do governo federal, Luiz Antônio Nabhan Garcia, apontou qual deve ser uma de suas prioridades: "moralizar" a política de Reforma Agrária e combater as "irregularidades" nos assentamentos no Rio Grande do Sul (como sublocação, venda irregular e uso indevido dos lotes), denunciadas em uma reportagem do programa Fantástico, da Rede Globo. A matéria em questão mostrou um parque aquático instalado em uma área que foi de Reforma Agrária, sem informar que se trata de um lote titulado, e uma pista de motocross instalada em um assentamento estadual, em Eldorado do Sul, que não está sob a gerência do Incra.

Na mesma região de Eldorado do Sul está situado o assentamento Apolônio de Carvalho, um dos maiores produtores de arroz orgâ-

nico no estado, que não aparece na matéria e tem sua existência ameaçada pelo projeto da Mina Guaíba, um megaprojeto de mineração da empresa Copelmi, a qual pretende extrair carvão a céu aberto em uma área localizada a cerca de 16 quilômetros do centro de Porto Alegre. O Apolônio de Carvalho não é, aliás, o único assentamento de Reforma Agrária ameaçado pela mineração no Rio Grande do Sul. Segundo levantamento realizado pelo Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), há pelo menos 88 assentamentos, localizados na Região Metropolitana de Porto Alegre e na área do bioma Pampa, no extremo sul do estado, com áreas sobrepostas a grandes projetos de mineração. Mais de quatro mil famílias, que vivem e produzem hoje nesses assentamentos, podem ser afetadas pela mineração.

A aliança entre a mineração, o agronegócio e seus braços midiáticos se materializa com a nomeação de Tarso Teixeira para o Incra. Ainda conforme o levantamento do MAM, o número de famílias atingidas pode ser ainda maior, pois mais de cem assentamentos em solo gaúcho não têm georreferenciamento. Como esses assentamentos não possuem titulação, observa Victor Salgueiro, que coordenou o levantamento, qualquer negociação com as mineradoras tem que ser feita por meio do Incra, que é quem detém a propriedade das terras. Os assentados têm só a posse. Neste processo, diz o militante do MAM, o Incra, na prática, vem sendo aliado das mineradoras porque abriu espaço dos assentamentos para pesquisa pelas empresas do setor, assim como já ocorreu em

Foto: Igor Sperotto



outras regiões.

Há uma disputa por território em jogo. Os ruralistas gaúchos até hoje não engolem a expansão dos assentamentos no estado. Tarso Teixeira prometeu passar um "pente-fino" nos assentamentos que ocupam cerca de 294 mil hectares, distribuídos por 98 municípios do Rio Grande do Sul. O novo dirigente do Incra, que presidiu o Sindicato Rural de São Gabriel por 15 anos, é uma das principais lideranças ruralistas no RS. Foi nessa cidade que, em 2009, o sem-terra Elton Brum da Silva foi assassinado com um tiro de fuzil pelas costas pela Brigada Militar, durante uma ação de reintegração de posse em uma ocupação do MST.

No dia 26 de setembro de 2018, o Tribunal de Justiça do RS manteve a sentença do júri que con-

denou o policial militar Alexandre Curto dos Santos, em setembro de 2017, a 12 anos de prisão em regime fechado e perda de cargo, pelo assassinato de Elton. Na mesma decisão, os desembargadores também determinaram a prisão imediata do policial. Naquele mês, foi concedida uma liminar que garantiu a liberdade do PM. Essa liminar foi cassada alguns dias depois, mas, em março de 2018, o Superior Tribunal de Justiça determinou sua soltura. Condenado em segunda instância, o brigadiano segue em liberdade. O MST assinala que o PM conseguiu se aposentar, recebendo uma pensão de mais de R\$ 10 mil. Enquanto isso, a família de Elton recebe do estado o equivalente a dois terços do salário mínimo da época do crime, algo em torno de R\$ 600,00.

O professor, o gigante e o escritor

por Gilson Camargo

A literatura de ficção sempre bateu à porta do jornalista e professor de Comunicação Fabrício Lopes da Silveira, 47 anos, que, durante duas décadas de docência, dedicou-se a escrever livros sobre comunicação e cultura popular. Autor de *O Parque dos Objetos Mortos – E outros ensaios de comunicação urbana* (Armazém Digital, 2010), *Grafite Expandido* (Modelo de Nuvem, 2012), *Rupturas Instáveis – Entrar e sair da música pop* (Libretos, 2013), entre outros, o professor relata que sempre quis se aventurar pelo gênero ficcional, o que foi adiando, até por conta da dinâmica do mundo acadêmico. A oportunidade surgiu quando ele se deparou com a história do italiano Ugo Battista, um gigante de 2 metros e 39 centímetros de altura, considerado o homem mais alto do mundo à sua época, que viveu apenas 40 anos, entre 1876 e 1916. “Ele era da região de Piemonte. Trabalhou como atração de circo, os *freak shows* da época, e era uma espécie de celebridade antes da cultura moderna das celebridades”, define Fabrício, que resolveu escrever um romance histórico para resgatar a trajetória do curioso personagem.

Assim, o livro *Gigante Figura* (Editora Riacho, 2018), ilustrado pelo artista gráfico Denny Chang, assinala a estreia do autor no gênero ficção. “Descobri uma pequena biografia desse personagem e fiquei fascinado. Me pareceu, de imediato, um ótimo personagem para acompanhar, para recriar sua vida, utilizando-o como um modo de passear pela época, pelos primórdios da cultura comunicacional que vivemos

hoje. O circo, como a fotografia, o cinema, o *showbiz* são construções históricas muito evidenciadas naquele momento”, revela.

A transição não foi fácil. “Foi um salto inesperado, tive que reaprender. A escrita ficcional impõe mais sofrimento, mas também é mais prazerosa porque mantém o autor ancorado na realidade histórica, o que considero importante como jornalista”, situa. O livro foi escrito no contexto de uma experiência de sala de aula. “Meus alunos tiveram acesso às elaborações parciais do texto. Puderam discuti-las, afinal, existem ali conteúdos que estavam sendo trabalhados. É uma via dupla: se pode, aqui, remeter tanto ao entendimento da história, de aspectos, personagens ou fatos históricos, quanto às próprias técnicas narrativas e/ou literárias.”

Graduado na Universidade Federal de Santa Maria (1995), Fabrício é Mestre em Comunicação e Informação pela Ufrgs (1998) e Doutor em Ciências da Comunicação (2003) pela Unisinos, instituição na qual foi professor da graduação e da pós em Comunicação de 1998 a 2018. Licenciado da instituição para fazer pós-doutorado na Ufrgs, ele dá uma pista sobre a tese. “Fiz um trabalho sobre comunicação urbana em Porto Alegre. Utilizei muita coisa de um autor que me acompanha até hoje: Walter Benjamin. Não há uma conexão direta com a literatura. No entanto, o próprio Benjamin era um crítico literário, explorava diferentes formatos narrativos em seus escritos. Além disso, a cidade de Porto Alegre, por exemplo, é uma presença forte e muito inspiradora na literatura gaúcha.” Os próximos livros, adianta, são uma coletânea de contos ilustrados por Chang e um romance sobre o mundo do trabalho.



Foto: Igor Sperotto

Fabrício Lopes da Silveira se inspirou em uma história real para basear seu primeiro romance histórico e ficcional

A seção Intervalo se propõe a revelar o perfil humano dos professores ao relatar experiências de educadores que desenvolvem atividade diversa da docência, seja de forma profissional ou como passatempo. Envie sua sugestão aos editores: extraclass@sinprors.org.br.

PALAVRA DE PROFESSOR

por Wagner Coriolano de Abreu

Professor de literatura e pesquisador. Licenciado em Letras, com mestrado e doutorado em Teoria da Literatura, autor de *Quando o teatro encena a cadeira* (Unisinos, 2001) e *Sempre aos pares* (Carta Capilé, 2012), leciona na Oficina de Literatura do Projeto Guardiões da Água (Secult/Semae), em São Leopoldo

Pelas páginas de Erico Verissimo

Erico Verissimo e o jornalismo: fontes para a criação literária (Paco Editorial, 2019), do professor Márcio Miranda Alves (Universidade de Caxias do Sul), traz uma contribuição para a leitura e análise de *O Tempo* e *O Vento*, romance em três partes – *O Continente*, *O Retrato* e *O Arquipélago*, editado em sete volumes. O autor explora o trabalho de citação por dentro do romance, tecendo uma fronteira entre a literatura e a história, por meio dos jornais consultados pelo escritor e dos jornais existentes apenas no mundo ficcional da obra.

Erico ainda era vivo quando saiu a coletânea *Contador de histórias* (Globo, 1972), sobre sua vida e trajetória de escritor, com textos de acadêmicos, escritores e críticos literários, trabalho que se antecipou a uma proliferação de estudos críticos das últimas décadas. Àquele elenco reunido por Flávio Loureiro Chaves, veio se juntar depois o nome de Maria da Glória Bordini, cuja dedicação à obra de Erico Verissimo se tornou notória, sendo responsável por inúmeros estudos e preservação do arquivo literário.

Partindo de uma experiência de leitor de ficção, Márcio Alves retorna ao campo do jornalismo para mostrar como o escritor se vale de periódicos em busca da verossimilhança no romance, mesmo que tenha um olhar crítico sobre o material recolhido dessa imprensa e de revistas ilustradas. No capítulo que trata da relação entre Imprensa e Literatura, Alves examina o episódio Chantecler (*O Retrato*) à luz de reportagens da revista *L'illustration*, levado pelo personagem Rodrigo Cambará, leitor desta publicação. Em nota de rodapé, informa que a referência constante a textos da revista está prevista no projeto de criação, de acordo com uma agenda do escritor. Ao final de *Erico Verissimo e o jornalismo*, há uma “relação dos episódios, principais eventos e títulos de jornais, revistas e almanaques citados no romance *O Tempo* e *O Vento*”.

Ao pesquisador de arquivos e jornais, distante da historiografia e temáticas sul-rio-grandenses, o livro contribui como registro da vivacidade que o jornalismo carrega para dentro da literatura e/ou que a literatura resgata do jornalismo, do bom jornalismo. E também pela forma como o autor recoloca a história do Rio Grande do Sul, de modo panorâmico e didático, através de cenas do romance construídas com registros de jornais da época, os quais teve o cuidado de consultar em arquivos e coleções de periódicos no Rio Grande do Sul, em São Paulo e na Alemanha.

Os artigos para esta seção devem ser enviados até o dia 15 de cada mês com 2.300 caracteres para o e-mail palavradeprofessor@sinprors.org.br.



Educação com base em evidências

As escolas podem fazer a diferença na vida das pessoas, o que é especialmente relevante para as crianças oriundas das famílias pobres



Ainda hoje, no Brasil, quando se debate sobre Educação, é comum que os interlocutores sustentem suas opiniões com base na obra de reconhecidos pedagogos, sociólogos ou filósofos. Tais referências são, é claro, importantes, mas o problema desse tipo de debate é que ele quase nunca dialoga com evidências científicas. Os alinhamentos produzidos, assim, consolidam "tribos ideológicas", grupos de defensores desta ou daquela doutrina que se comportam como membros de uma seita na defesa de seus dogmas e na disposição de apontar os "pecadores". Pesquisas fundamentais nos últimos anos, em áreas como a Psicopedagogia, a Psicologia, a Neurologia, a Genética e a Criminologia, para citar apenas alguns campos do saber, têm descoberto aspectos muito importantes a respeito da aprendizagem, das capacidades socioemocionais, do papel do estresse e da violência como inibidores do funcionamento cerebral, etc., que seguem, em regra, desconhecidas, quando não consideradas pela maioria dos gestores, professores e legisladores.

Doutrinas só aparecem como suficientes nos espaços vazios de evidências. É nesse deserto que se anestesia o pensamento com certezas e onde as afirmações ideológicas são blindadas à comprovação empírica. Há, por outro lado, quem se satisfaça mencionando

os resultados de "um estudo", não casualmente, uma pesquisa que confirma suas crenças, que corrobora as verdades eternas reveladas pelo profeta de sua preferência. O que ocorre, entretanto, é que nem toda pesquisa obedece aos critérios elementares de cientificidade. No mais, temos níveis de cientificidade muito distintos. Pesquisas qualitativas, por exemplo, possuem um nível baixo de cientificidade se comparadas a estudos experimentais com amostras randomizadas. Esses, por sua vez, são superados por revisões sistemáticas e meta-análises. Logo, se queremos lidar com evidências, é preciso avaliar os estudos mais consistentes que, via de regra, são aqueles que analisam as evidências encontradas em amplos conjuntos de estudos rigorosos.

Em todo o mundo, cresce a abordagem conhecida como "Educação Baseada em Evidências", com a qual se procura aplicar métodos pedagógicos e iniciativas de gestão a partir de avaliações que comprovam o que funciona nas escolas. Graças a esses estudos, sabemos, por exemplo, que o financiamento da Educação não é o desafio mais importante a ser superado e que, a partir de um determinado patamar de investimentos básicos, não há qualquer diferença em se aplicar mais ou menos recursos. As evidências mostram que as escolas podem fazer a diferença na vida das pes-

soas, o que é especialmente relevante para as crianças oriundas das famílias pobres; comprovam, também, o quanto temas como autocontrole e foco, capacidade de concentração e persistência, solidariedade e interação social promovem o aprendizado, o quanto a frequência à pré-escola incrementa as habilidades de leitura e a compreensão da Matemática mais adiante, etc. Sobretudo, as evidências apontam que escolas eficazes são aquelas que contam com bons diretores e bons professores (os quais possuem, portanto, mecanismos adequados de seleção), que são consistentes em termos de currículo, gestão e articulação com as famílias e que escolas violentas precisam do concurso de psicopedagogos, psicólogos, assistentes sociais e especialistas em prevenção à violência.

Quem tiver interesse no tema pode acessar, gratuitamente, o livro: *Educação baseada em evidências: Como saber o que funciona em Educação*, do Instituto Alfa e Beto, disponível em: www.alfabeto.org.br. Há, também, alguns sites brasileiros que priorizam evidências no debate sobre educação e que podem ser muito úteis a professores, gestores e pesquisadores como o "Para melhorar o aprendizado", disponível em: www.para-melhoraroaprendizado.org.br.

A par dessas iniciativas, o movimento da Educação com Base em Evidências ainda não se estabele-

ceu no Brasil. Há uma dificuldade recente e outra antiga que explica esse atraso.

A primeira é a realidade ameaçadora instalada no governo federal, espaço a partir do qual se passou a desprezar as ciências e as pesquisas e a se atacar sistematicamente a educação pública e as universidades. Esse processo anti-iluminista, aliás, tem sido uma das características marcantes dos governos de extrema-direita em países como Polônia, Hungria e Turquia. Para normalizar o obscurantismo e abrir todas as portas para o deus mercado, governantes populistas precisam desmontar os mecanismos de regulação e crítica, o que é muito importante para as estratégias de privatização selvagem, para a repressão a grupos fragilizados e para a promoção de interesses predatórios da natureza.

A dificuldade mais antiga é aquela associada a uma cultura acadêmica e institucional colonizada por doutrinas e pelo corporativismo que tem sido avessa aos estudos quantitativos e às avaliações de impacto. Para essa vertente dogmática, autodefinida como "progressista", a simples exigência de medição de resultados basta para que se convoquem rituais de exorcismo contra o "positivismo americano" e outros demônios. A combinação desses dois elementos nos conduz à paralisia e a escolhas equivocadas.

Arte+

Foto: Luz Eduardo R. Achutti/Divulgação

100 anos de Stockinger

por José Weis

Há cem anos, Franz Alexander Stockinger nasceu na Áustria, na cidade de Traun, em 7 de agosto de 1919, e veio pequeno para o Brasil. Sua família abandonou uma Europa devastada pela Primeira Guerra Mundial. E Xico Sto-

ckinger deixou um legado: suas obras encontram-se dispersas nas cidades e nos museus do país que o adotou.

Nas palavras do professor e poeta Armindo Trevisan, "poucos escultores possuem um perfil tão marcante como de Xico Stockinger". Este é ano do centenário de seu nascimento. Artista multipre-

miado, mestre da escultura, da gravura, também trabalhou como cartunista e diagramador de jornais.

Xico retribuiu a acolhida no Brasil com talento, determinação e coerência. Foi um dos fundadores do Atelier Livre de Porto Alegre, que hoje leva seu nome, dirigiu o Museu de Arte do Rio Gran-

de do Sul (Margs) e foi o primeiro presidente da Associação Chico Lisboa. Saiu dessas entidades depois do Golpe Militar de 1964: "Eu não era propriamente do lado deles, fiquei às minhas custas", disse em uma entrevista. Além disso, fez parte da história da imprensa de Porto Alegre, nos jornais *A Hora* e *Folha da Tarde*.

Em busca do brevê

A família de Xico Stockinger se instalou em uma região no interior de São Paulo, na divisa com Mato Grosso, onde se chegava apenas de trem. Foi então que nasceu uma paixão do menino Xico: sonhava em se tornar maquinista.

No início dos anos 1940, outros interesses despertaram a atenção

do jovem Stockinger, a aviação. À época, Xico frequentou o Aero Clube do Brasil, no Rio de Janeiro. Durante o curso, ele precisou mudar de ideia quanto ao brevê, pois o Brasil declarou guerra aos países do Eixo, do qual a Áustria fazia parte. Ele ainda não possuía a cidadania brasileira.

A maior escultura

Xico foi um lutador com sua arte pela dignidade humana, antes de tudo. O último guerreiro da série de esculturas produzidas pelo artista sobre o tema, ele fez com mais de 80 anos. Trata-se de um guerreiro de ferro e madeira medindo 364 centímetros de altura. "Um guerreiro tem que ser

grande", dizia. A obra consta do acervo do Margs e foi registrada passo a passo pelo fotógrafo e professor Luiz Eduardo Robinson Achutti, que mais tarde publicou no livro *A Matéria Encantada* (fotos). Stockinger morreu em Porto Alegre, no dia 12 de abril de 2009, na cidade onde viveu por 55 anos.

Entre trens, aviões e arte

Entre trens e aviões, Xico Stockinger realmente queria era ser artista, um escultor. Depois de algum tempo, seguiu estudando com um de seus mestres, Bruno Giorgi, que ministrava um curso de escultura no Rio de Janeiro. Após três anos, Giorgi foi para São Paulo. No Rio, Xico dividiu um ateliê com o artista, e mais tarde ator, Cláudio Correa e Castro. Esse ateliê ficava no segundo andar de uma casa onde, na parte de baixo, estavam os ateliês de Di Cavalcanti e Aldo Malagoli. "Aos 26 anos, resolvo ser escultor, numa época em que ninguém vendia. Fazia-se por amor à arte", Stockinger recordaria tempos depois.

Em 1948, ele participou de sua primeira exposição no 53º Salão Nacional de Belas Artes, no qual expôs duas pequenas esculturas. Também nestes primeiros tempos de sua carreira, conheceu Yeda

Teixeira de Oliveira, uma gaúcha de Rio Pardo que estudava Museologia na então capital federal, Rio de Janeiro. E entre os anos de 1950 e 1951, nasceram seus dois filhos, Jussara Maria e Francisco Antônio.

Foi nesse tempo que Stockinger precisou recorrer a outras formas de expressão, começou a revelar o talento de chargista e diagramador. A proximidade com as artes gráficas foi um modo de sustento para ele. O *Cangaceiro* foi um desses veículos, depois veio o *Diário Carioca*. Um dia, na redação do *Diário*, encontrou-se com um artista gaúcho que trabalhava no novo jornal de Porto Alegre, Vitorino Gheno. Xico sondou sobre a possibilidade de emprego e veio trabalhar no *A Hora*, que reformulou o jornalismo gaúcho.

O professor de escultura do Atelier Livre de Porto Alegre Xico Stockinger José Francisco Alves

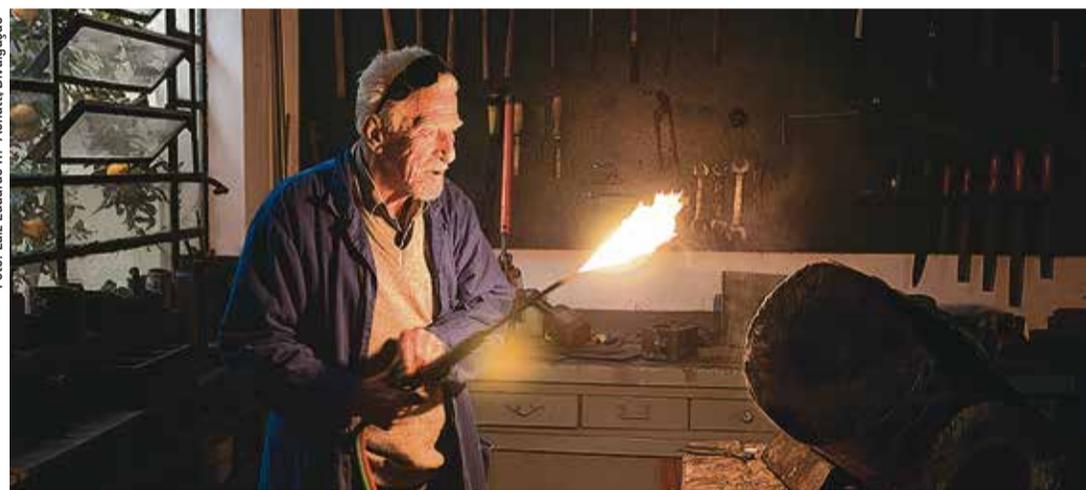
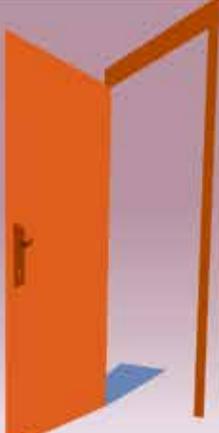


Foto: Luiz Eduardo R. Achutti/Divulgação

escreve: "A mais importante contribuição de Stockinger para escultura brasileira do século XX foi a técnica escultórica que criou, em 1964, totalmente única: que assim o caracteriza na história da arte: a construção de seres – antromórficos ou zoomórficos – com troncos de madeira e peças de ferro soldado. (...) Stockinger plasmou uma figuração específica de cunho predominantemente políti-

co, resultado de suas preocupações como artista que pretendia com seu trabalho passar uma imagem de protesto".

Foi uma iniciativa de Alves dar o nome de Xico para o Atelier Livre, assim como a oficialização de 7 de agosto, data do nascimento do artista, como o Dia do Escultor Gaúcho. José Francisco Alves é o autor de *Stockinger – Vida e Obra* (MultiArte, 2012).



Acolhimento, sigilo e atitude.

Assim a gente lida com a violência contra os professores.

O NAP é uma equipe multidisciplinar formada por diretores do Sinpro/RS, advogados e psicólogo, com o objetivo de amparar os professores vítimas de constrangimento e violência no ambiente educacional. Se você está passando por isso, não prolongue seu sofrimento pensando que esta situação só acontece com você. As circunstâncias de violência são mais frequentes do que você imagina. Procure imediatamente o Sinpro/RS e acione o NAP.





FRAGA

Agrotoxismo, o Brasil pulverizado

Como toda criança ou ministro da educação em idade escolar sabe, o Brasil atravessou grandes ciclos produtivos até chegar ao pujante brejo atual. Foi-se o ouro, a cana, o café e o Brasil se perguntou: e agora, o que vai ser da minha vasta economia informal? Muita crise, pouco rivotril.

A saída foi desmanchar com os pés o que as gerações anteriores haviam feito com as mãos. Ainda bem que o Brasil aprendera, em apenas uma eleição presidencial, a jogar pela janela valores e princípios de uma nação. Era um janelão no alto, certo, mas pontaria precisava treino, e muita coisa tinha de ser destruída num curto

espaço de governo. Havia que ter fé num projeto arrasador.

Idealizado pelo deprimente da nação, um mutirão logo reuniu os menos capazes do país e logo apareceram ideias estúpidas o bastante para despertar entusiasmo geral. A principal delas derivava do conceito universal da Terra Plana: se a Terra é plana então o Brasil tem a vantagem de uma geografia planificada. E com uma situação geográfica tão favorável à lavoura, nada há de nos deter.

O plano era encontrar no gigantesco território nacional desconhecidas jazidas de agrotóxicos, prontas para extração e aplicação. Não era possível que, com tanto dejetos químicos fluindo por

rios e córregos, não se houvessem formado ricas reservas subterrâneas. Logo esperançosas sondagens se espraíram através de zonas industriais.

Foi quando o deprimente da nação teve um estalo: Peraí, isso vai ser muito caro! O raciocínio, se é que pode ser chamado assim, concluía: seria mais barato abrir as comportas brasileiras para trocentos tipos de agrotóxicos. O mundo não estava ficando sem mercado, com tudo quanto país proibindo pesticidas? Venham pra cá: em se pulverizando e fumegando aqui tudo dá, o Brasil dá-se todo!

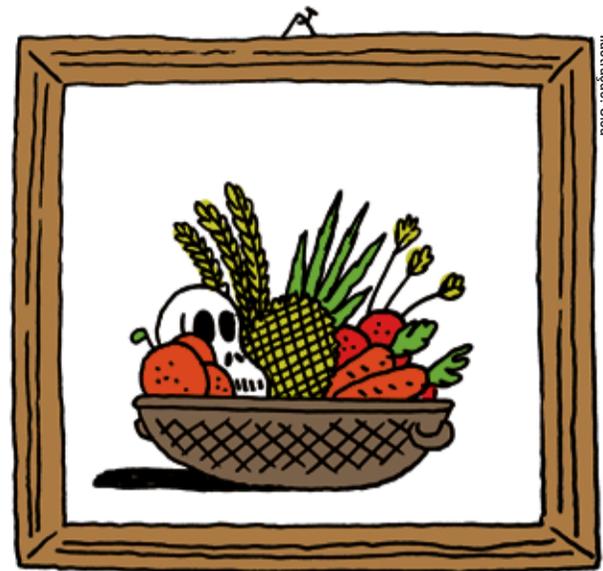


Ilustração: Sica

Graças ao agrotoxismo adotado pelo deprimente da república e seus impensantes ministros da agricultura e do meio ambiente, vem aí um novo ciclo: o envenenamento da consciência nacional. Agrotóxicos liberados para ir da terra à mesa. Agrotóxicos para contaminar nossa gente e nossa fauna, nossas águas e nossa flora. A intoxicação de uma democracia indefesa.

A Terra é plana quando a ignorância é plena.

PROGRAMAÇÃO
ECARTA

ECARTA APOIA

Porto Alegre

15/8 – Luciano Leães celebra 25 anos de carreira com show.

Local: Teatro de Arena.

8/8 a 31/12 - Escrita criativa em três dimensões

Ministrante: Jeferson Assunção, jornalista e escritor

Mensalidade: R\$ 300,00. Professores associados ao Sinpro/RS: R\$ 250,00.

CULTURA DOADORA

Porto Alegre

21/8, 15h – A educação e a doação de órgãos.

Ministrante: Spencer Camargo, médico do Complexo Santa Casa.

Público: Professores e funcionários do Colégio Anchieta.

ARTES VISUAIS

Porto Alegre | entrada franca

9/8, 19h, Inauguração da mostra *Como faremos para desaparecer*, do artista Eduardo Montelli, com curadoria de Charlene Cabral. **Visitação:** de terça a sexta-feira, das 10h às 19h; sábado, das 10h às 20h; e domingo, das 10h às 18h.

9/8, 16h às 18h, Curadoria Educativa | Inscrição gratuita

Encontro de engajamento para professores, com artista da mostra em cartaz e curadores

Novo Hamburgo | entrada franca

Até 6/9, visitação de *Le Petit PôA*, do artista Tupax, no Espaço Cultural Albano Hartz (Calçada Osvaldo Cruz, 112). De segunda a sexta, das 9h às 18h.

Confira a agenda cultural completa em ecarta.org.br ou 51. 4009.2971.

SHOWS

Porto Alegre | 18h | entrada franca

10/8 – Yanto Laitano apresenta *Yantux*.

24/8 – Mulheres compositoras para violão.

Bento Gonçalves | 20h | Local: Sesc

15/8 – Lux Sonora.



Mulheres compositoras:
Thais Nascimento

VINHO

Porto Alegre

Quinta Barroca da Tília, Águas Claras, Viamão

Apresentação: Eduardo Giovannini.

8/8 | 19h30 | Inscrição: R\$ 49,00.

O terroir Missioneiro – Vinícola Don Carlos, Santo Ângelo

Apresentação: Carlos Boff, proprietário da Vinícola, Antonio Warpechowski, arquiteto.

23/8 | 19h30

ECARTA ANFITRIÃ

Porto Alegre

Até 31/12 – Prática de Yoga na Ecarta

Ministrantes: professores Cristina Oliveira e Márcia Naimayer.

Mensalidade: R\$ 80,00.

24/8 a 7/12 – Oficina de leitura dramática

Ministrantes: Cristiano Goldschmidt, Julio Zaicoski e Mariana Vellinho.

Mensalidade: R\$ 150,00. *Sócios do Sinpro/RS têm 15% de desconto.*



VERISSIMO

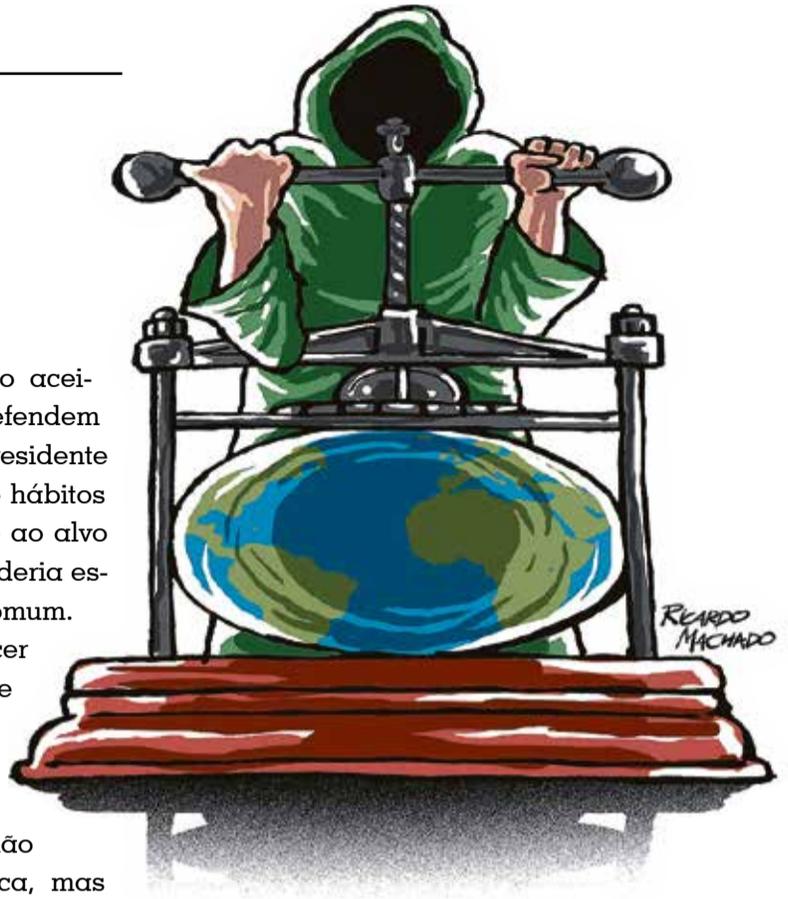
"Nãopotismo"

Também não devemos esquecer que o homem que hoje diz que um presidente nomear um filho embaixador não é nepotismo é o mesmo que disse que não houve ditadura no Brasil

Não sejamos injustos. A discussão sobre se um presidente da República nomear um filho embaixador constitui nepotismo ou não toma um rumo indesejável, agravado pela ignorância ou a má-fé. Muitos não sabem, ou fingem não saber - ou, ao contrário do filho do presidente, não conhecem outra língua além do português - que a palavra "nepote" é italiana, significa "sobrinho" e ganhou conotação política com o costume dos papas antigos de presentear parentes com poder, ou nacos de poder, uma prática que ganhou o nome de "nepotismo".

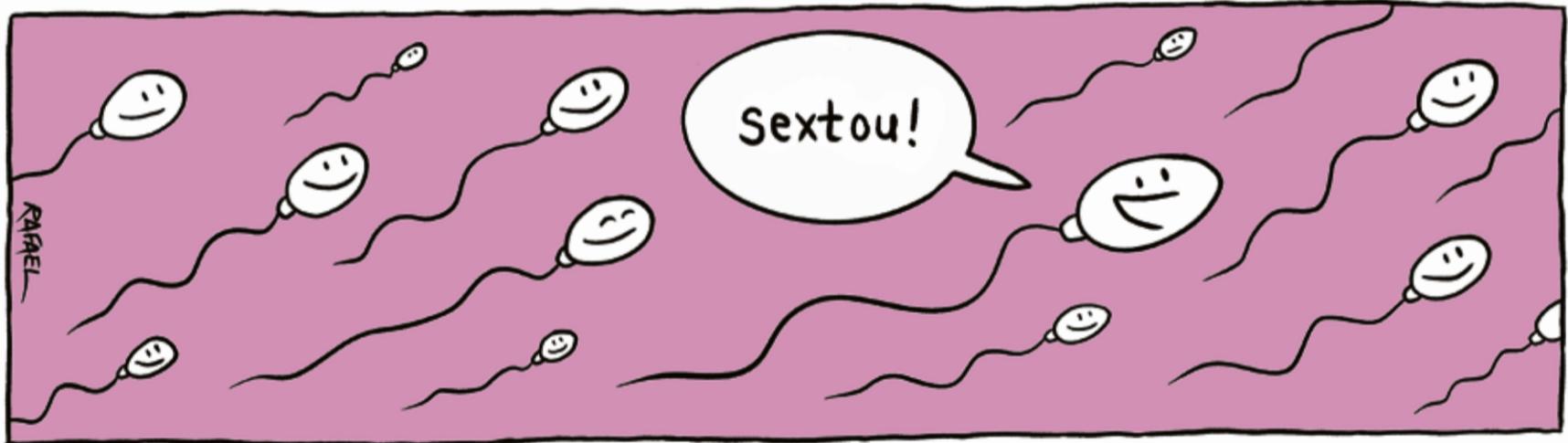
Os críticos do presidente não aceitam os argumentos dos que o defendem lembrando que - como é um presidente diferente, com um estilo só seu e hábitos incomuns, como o de treinar tiro ao alvo mirando o próprio pé - não se poderia esperar que fosse um presidente comum. Também não devemos esquecer que o homem que hoje diz que um presidente nomear um filho embaixador não é nepotismo é o mesmo que disse que não houve ditadura no Brasil, uma opinião também ridicularizada, na época, mas que provou ser a mesma de 60 milhões de eleitores brasileiros, desagradando o presidente.

Para responder aos seus críticos, o presidente poderia recorrer à ironia e também ridicularizá-los, lembrando que - como a ditadura - a prática de nomear parentes nunca existiu no Brasil, portanto o que existe é o que poderia ser chamado de "nãopotismo". Ou então, já que só pode ser coisa de comunista tentando ressuscitar a esquerda, de "neopotismo".



Ou o presidente pode contra-atacar e desafiar seus críticos a encontrarem um exemplo, na sua administração - apenas um, em todos os ministérios, em todos os partidos da sua base, entre todos os chefes de gabinetes e auxiliares de escritório, e todos os parlamentares que o apoiam, entre ascensoristas, motoristas, faxineiras, telefonistas, cozinheiras, empregados, animais de estimação, membros da sua família - apenas um sobrinho do Papa.

RATO FALHO / RAFAEL CORRÊA



RANGO / EDGAR VASQUES

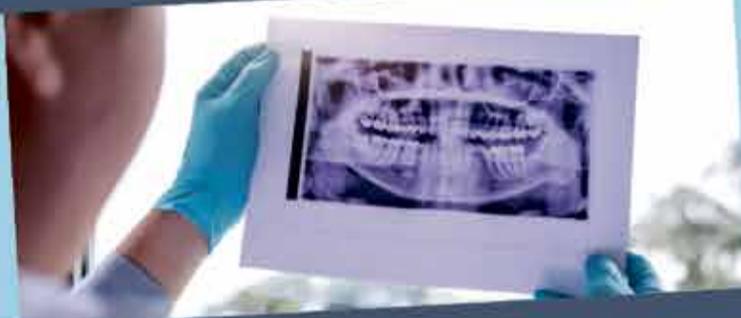


Garantia de direitos com as Convenções Coletivas de Trabalho



Os melhores planos de saúde e odontológico

sinprosaúde



Cartão do associado com descontos em produtos e serviços



Hotel em Porto Alegre para associados e familiares

CASA do
PROFESSOR
Hotel



Contribuir com o Sindicato dá nisso!

SINPRO/RS
Sindicato Cidadão